

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	6
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	9
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	12
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	13
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	17
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	20
---	----

Notas Explicativas	38
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva	88
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	90
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	91
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	92
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	28.015
Preferenciais	8.290
Total	36.305
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	7.456.996	6.339.324	5.409.779
1.01	Ativo Circulante	3.385.215	3.551.493	2.617.805
1.01.01	Disponibilidades	88.865	96.556	62.773
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	876.623	1.055.190	699.786
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	605.019	786.384	418.943
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	271.604	268.806	280.843
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	131.965	296.038	203.274
1.01.03.01	Carteira Própria	120.749	162.318	102.570
1.01.03.02	Vinculados a Prestação de Garantias	11.216	13.625	0
1.01.03.03	Vinculados ao Banco Central	0	120.095	0
1.01.03.04	Vinculados a Compromisso de Recompra	0	0	100.704
1.01.04	Relações Interfinanceiras	454.215	481.860	592.074
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	7.854	6.884	6.230
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	446.324	474.969	585.766
1.01.04.03	SFH - Sistema Financeiro de Habitação	37	7	78
1.01.05	Relações Interdependências	12.051	16.634	16.960
1.01.05.01	Transferências Internas de Recursos	12.051	16.634	16.960
1.01.06	Operações de Crédito	1.695.576	1.520.012	933.631
1.01.06.01	Setor Público	1.548	2.403	2.123
1.01.06.02	Setor Privado	1.777.838	1.569.289	974.361
1.01.06.03	Provisão p/ Operações de Crédito	-83.810	-51.680	-42.853
1.01.08	Outros Créditos	123.540	83.099	108.809
1.01.08.01	Rendas a Receber	15.065	7.359	18.473
1.01.08.02	Negociação e Intermediação de Valores	762	21	0
1.01.08.03	Créditos Específicos	561	68	116
1.01.08.04	Impostos e Contribuições a Compensar	41.892	35.781	4.355
1.01.08.05	Créditos Tributários - Imposto de Renda e Contribuição Social	29.791	6.565	14.352
1.01.08.06	Pagamentos a Ressarcir	11.192	10.793	20.944

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.01.08.07	Valores a Receber de Sociedades Ligadas	6.215	3.249	16.136
1.01.08.08	Títulos e Créditos a Receber	4.169	238	3.713
1.01.08.09	Adiantamentos e Antecipações Salariais	2.190	2.357	5.619
1.01.08.10	Devedores Diversos - Bens Não de Uso - Venda	0	246	7.057
1.01.08.11	Carteira de Câmbio	0	6.266	0
1.01.08.12	Devedores p/ Depósitos em Garantia	0	0	10.711
1.01.08.13	Diversos	11.703	10.156	7.333
1.01.09	Outros Valores e Bens	2.380	2.104	498
1.01.09.01	Despesas Antecipadas	2.011	1.828	187
1.01.09.02	Outros Valores e Bens	369	276	311
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.903.523	2.587.468	2.351.227
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	0	0	439.597
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	0	0	439.597
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	1.667.257	882.196	981.899
1.02.02.01	Carteira Própria	1.368.589	783.484	315.621
1.02.02.02	Vinculados ao Banco Central	203.125	0	97.137
1.02.02.03	Vinculados a Prestação de Garantias	95.543	98.712	117.303
1.02.02.04	Vinculados a Compromissos de Recompra	0	0	451.838
1.02.03	Relações Interfinanceiras	178.773	153.578	52.506
1.02.03.01	SFH - Sistema Financeiro de Habitação	178.773	153.578	52.506
1.02.05	Operações de Crédito	1.768.980	1.351.206	694.949
1.02.05.01	Setor Público	1.738	3.281	5.469
1.02.05.02	Setor Privado	1.804.204	1.393.829	701.530
1.02.05.03	Provisão p/ Operações de Créditos	-36.962	-45.904	-12.050
1.02.07	Outros Créditos	282.532	195.334	179.663
1.02.07.01	Créditos Específicos	3.527	3.384	3.120
1.02.07.02	Devedores p/ Depósitos em Garantia	168.251	121.372	83.977
1.02.07.03	Créditos Tributários - Imposto de Renda e Contribuição Social	96.411	49.042	71.320

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.02.07.04	Impostos e Contribuições a Compensar	9.579	8.894	9.765
1.02.07.05	Pagamentos a Ressarcir	3.173	2.121	2.115
1.02.07.06	Títulos e Créditos a Receber	1.288	5.342	7.425
1.02.07.07	Rendas a Receber	0	4.714	1
1.02.07.08	Devedores Diversos - Bens Não de Uso - Venda	0	115	1.940
1.02.07.09	Diversos	303	350	0
1.02.08	Outros Valores e Bens	5.981	5.154	2.613
1.02.08.01	Outros Valores e Bens	6.577	5.842	3.505
1.02.08.02	Provisão p/ Desvalorizações	-596	-688	-892
1.03	Ativo Permanente	168.258	200.363	440.747
1.03.01	Investimentos	106.004	132.023	393.793
1.03.01.02	Participações em Controladas	103.435	129.454	390.844
1.03.01.04	Outros Investimentos	2.908	2.908	3.288
1.03.01.04.01	Ações e Cotas	2.305	2.305	2.305
1.03.01.04.02	Investimentos p/ Incentivos Fiscais	553	553	553
1.03.01.04.03	Títulos Patrimoniais	2	2	382
1.03.01.04.04	Outros Investimentos	48	48	48
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-339	-339	-339
1.03.01.05.01	Provisão p/ Perdas de Investimentos p/ Incentivos Fiscais	-339	-339	-339
1.03.02	Imobilizado de Uso	39.878	39.055	35.758
1.03.02.01	Imóveis de Uso	55.021	55.021	55.021
1.03.02.02	Instalações	4.089	3.802	3.779
1.03.02.03	Móveis e Equipamentos de Uso	17.633	16.132	16.381
1.03.02.04	Sistema de Comunicação	2.636	1.985	1.722
1.03.02.05	Sistema de Processamento de Dados	23.962	20.196	35.234
1.03.02.06	Sistema de Segurança	2.537	2.454	2.411
1.03.02.07	Sistema de Transporte	1.526	1.026	937
1.03.02.08	Diversos	16	42	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.03.02.09	Depreciações Acumuladas	-67.542	-61.603	-79.727
1.03.04	Intangível	19.267	22.616	0
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	34.618	28.430	0
1.03.04.02	Amortizações Acumuladas	-15.351	-5.814	0
1.03.05	Diferido	3.109	6.669	11.196
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	15.626	19.140	26.003
1.03.05.02	Amortizações Acumuladas	-12.517	-12.471	-14.807

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	7.456.996	6.339.324	5.409.779
2.01	Passivo Circulante	5.069.658	4.663.277	3.935.602
2.01.01	Depósitos	4.422.158	4.126.821	3.224.558
2.01.01.01	Depósitos à Vista	763.267	833.188	685.438
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	1.014.711	989.793	953.780
2.01.01.03	Depósitos a Prazo	2.564.472	2.188.248	1.428.783
2.01.01.04	Depósitos Interfinanceiros	79.708	105.879	141.667
2.01.01.05	Outros Depósitos	0	9.713	14.890
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	345.725	295.883	550.747
2.01.02.01	Carteira de Terceiros	345.725	295.883	0
2.01.02.02	Carteira Própria	0	0	550.747
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	9.709	3.340	5.255
2.01.03.01	Recursos de Letras Hipotecárias	9.709	3.340	5.255
2.01.04	Relações Interfinanceiras	9	34	0
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	9	34	0
2.01.05	Relações Interdependências	60	208	257
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	42	173	152
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	18	35	105
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	228	0	3.435
2.01.06.01	Empréstimos no Exterior	228	0	3.435
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	18.652	2.807	2.325
2.01.07.01	Tesouro Nacional	20	22	19
2.01.07.02	Banco do Brasil	461	293	38
2.01.07.03	BNDES	9.724	1.077	987
2.01.07.04	CEF	654	643	565
2.01.07.05	FINAME	7.793	772	716
2.01.09	Outras Obrigações	273.117	234.184	149.025
2.01.09.01	Fiscais e Previdenciárias	98.682	53.210	14.342

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.01.09.02	Sociais e Estatutárias	20.239	27.678	9.547
2.01.09.03	Cobrança, Arrecadação, Tributos e Assemelhados	6.163	4.307	7.147
2.01.09.04	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	42	42	314
2.01.09.05	Provisão p/ Pagamentos a Efetuar	63.408	56.886	47.390
2.01.09.06	Cheques Administrativos	8.593	4.792	4.881
2.01.09.07	Provisão p/ Passivos Contingentes	7.245	6.616	22.627
2.01.09.08	Obrigações p/ Convênios Oficiais	5.306	7.661	4.964
2.01.09.09	Obrigações p/ Aquisições de Bens e Direitos	4.906	16.935	523
2.01.09.10	Obrigações p/ Prestação de Serviço de Pagamentos	4.436	3.292	0
2.01.09.11	Credores Diversos País - Pendências a Regularizar - Diversas	18.226	8.244	9.339
2.01.09.12	Credores Diversos País - Pagamentos a Processar	19.254	13.698	10.631
2.01.09.13	Credores Diversos País - Pendências a Regularizar - MTR Maestro/Cirrus	5.992	4.755	3.698
2.01.09.14	Credores Diversos País - Pendências a Regularizar - Fornecedores	2.971	3.367	7.286
2.01.09.15	Integração CDA x FLX	0	14.573	117
2.01.09.16	Carteira de Câmbio	0	6.275	23
2.01.09.17	Recursos do FGTS p/ Amortização	0	42	25
2.01.09.18	Liberação Parcela de Financiamento	0	0	3.183
2.01.09.19	Negociação e Intermediação de Valores	0	0	1.948
2.01.09.20	Diversas	7.654	1.811	1.040
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.662.983	1.094.348	1.049.659
2.02.01	Depósitos	1.296.151	864.279	869.208
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	1.296.151	864.279	869.208
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	734	9.591	11.920
2.02.03.01	Recursos de Letras Hipotecárias	734	9.591	11.920
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	26.130	16.758	6.190
2.02.07.01	Tesouro Nacional	218	248	243
2.02.07.02	Banco do Brasil	2.050	927	285
2.02.07.03	BNDES	11.111	7.902	821

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.02.07.04	CEF	1.737	2.321	2.920
2.02.07.05	FINAME	11.014	5.360	1.921
2.02.09	Outras Obrigações	339.968	203.720	162.341
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	252.470	148.992	119.114
2.02.09.02	Provisão p/ Passivos Contingentes	86.794	52.086	42.940
2.02.09.03	Obrigações p/ Aquisições de Bens e Direitos	490	2.452	0
2.02.09.04	Provisão p/ Pagamentos a Efetuar	214	190	287
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	115	314	190
2.05	Patrimônio Líquido	724.240	581.385	424.328
2.05.01	Capital Social Realizado	500.000	300.000	300.000
2.05.01.01	De Domiciliados no País	500.000	300.000	300.000
2.05.02	Reservas de Capital	12.341	12.404	12.366
2.05.02.01	Reserva Especial - Lei 8.200	5.358	5.365	5.383
2.05.02.02	Correção Monetária - Decreto 332/1991	6.983	6.983	6.983
2.05.02.03	Reserva de Atualização de Títulos Patrimoniais	0	56	0
2.05.04	Reservas de Lucro	213.409	269.107	123.072
2.05.04.01	Legal	57.016	47.214	37.691
2.05.04.02	Estatutária	156.393	221.893	85.381
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.510	-126	-11.110
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-1.510	-126	-11.110

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.398.731	1.140.101	730.365
3.01.01	Operações de Crédito	1.090.978	909.322	413.474
3.01.02	Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Operações de Títulos e Valores Mobiliários	262.788	214.662	283.209
3.01.03	Resultado de Operações de Câmbio	1.763	1.308	3.644
3.01.04	Resultado de Aplicações Compulsórias	44.740	18.951	38.824
3.01.05	Resultado c/ Instrumentos Financeiros Derivativos	-1.538	-4.142	-8.786
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-523.739	-457.469	-380.101
3.02.01	Operações de Captações no Mercado	-425.557	-381.337	-359.673
3.02.02	Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	-2.514	-706	-745
3.02.03	Provisões p/ Operações de Crédito	-95.668	-75.348	-19.683
3.02.04	Operações c/ Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	0	-78	0
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	874.992	682.632	350.264
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-584.876	-377.058	-217.800
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	121.661	117.746	124.280
3.04.02	Despesas de Pessoal	-328.949	-288.723	-252.212
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-247.068	-227.470	-229.316
3.04.03.01	Despesas de Processamento de Dados	-86.361	-95.683	-105.484
3.04.03.02	Despesas de Serviços de Terceiros	-48.541	-47.382	-49.216
3.04.03.03	Despesas de Propaganda e Publicidade	-15.502	-14.634	-9.693
3.04.03.04	Despesas de Amortização	-13.097	-10.341	-5.836
3.04.03.05	Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	-9.884	-9.603	-9.590
3.04.03.06	Despesas de Transportes	-9.359	-4.974	-5.296
3.04.03.07	Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	-9.038	-8.303	-9.613
3.04.03.08	Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	-8.353	-5.806	-6.243
3.04.03.09	Despesas de Depreciação	-6.095	-4.828	-4.450
3.04.03.10	Despesas de Água, Energia e Gás	-5.167	-4.789	-4.933
3.04.03.11	Despesas de Aluguéis	-5.149	-4.215	-4.092
3.04.03.12	Despesas de Comunicações	-4.495	-4.416	-4.447

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.04.03.13	Outras Despesas Administrativas	-26.027	-12.496	-10.423
3.04.04	Despesas Tributárias	-58.555	-48.499	-35.684
3.04.04.01	Despesas de Contribuição ao Cofins	-44.623	-35.932	-23.812
3.04.04.02	Despesas de Contribuição ao Pis/Pasep	-7.251	-5.842	-3.869
3.04.04.03	Despesas de Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza - ISS	-5.497	-5.504	-6.220
3.04.04.04	Outras Despesas Tributárias	-1.184	-1.221	-1.783
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	81.475	61.846	143.128
3.04.05.01	Recuperação de Encargos e Despesas	26.346	23.357	100.845
3.04.05.02	Outras Receitas Operacionais	55.129	38.489	42.283
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-135.533	-41.392	-47.501
3.04.06.01	Despesas c/ Operações de Crédito	-960	-1.928	-3.445
3.04.06.02	Despesas de Contribuição ao SFH-Sistema Financeiro de Habitação	-63	-65	-86
3.04.06.03	Outras Despesas Operacionais	-134.510	-39.399	-43.970
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	-17.907	49.434	79.505
3.04.07.01	Rendas de Participações	20.438	60.173	82.584
3.04.07.02	Despesas de Participações	-38.345	-10.739	-3.079
3.05	Resultado Operacional	290.116	305.574	132.464
3.06	Resultado Não Operacional	-11.107	-51	-28
3.06.01	Receitas	1.596	3.631	4.165
3.06.02	Despesas	-12.703	-3.682	-4.193
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	279.009	305.523	132.436
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-127.381	-63.152	-1.983
3.08.01	Imposto de Renda	-78.791	-38.435	-1.365
3.08.02	Contribuição Social	-48.590	-24.717	-618
3.09	IR Diferido	70.203	-23.869	-1.606
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-25.790	-28.047	-18.530
3.10.01	Participações	-25.790	-28.047	-18.530
3.10.01.01	Participação no Lucro - Empregados	-25.790	-28.047	-18.530

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	196.041	190.455	110.317
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	5,24602	5,39988	3,03864

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
4.01	Lucro Líquido do Período	196.041	190.455	110.317
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-7.995	17	22
4.02.01	Realização de Reserva Especial	7	17	22
4.02.02	Ajuste de Juros s/ Capital Próprio/Rendimentos/Dividendos de Períodos Anteriores	-173	0	0
4.02.03	Ajuste de Apropriação de Receita do CRI de Períodos Anteriores	-1.724	0	0
4.02.04	Reflexo no Investimento de Ajustes no PL da Cartão BRB	-6.105	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	188.046	190.472	110.339

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-939.509	-472.283	-838.434
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-939.509	-472.283	-838.434
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	196.041	190.455	110.317
6.01.01.02	Outras Obrigações	175.181	126.538	-19.720
6.01.01.03	Depreciações e Amortizações	19.192	15.170	10.287
6.01.01.04	Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	17.907	-49.434	-79.505
6.01.01.05	Relações Interfinanceiras e Interdependências	6.860	9.452	22.965
6.01.01.06	Incorporação de Depósitos Interfinanceiros - Controlada	0	513.729	0
6.01.01.07	Constituição de Reservas de Títulos Patrimoniais	0	55	88
6.01.01.08	Incorporação de Operações de Crédito - Controlada	0	-829.193	0
6.01.01.09	Reversão de Provisões Bens Não de Uso Próprio	-2	0	0
6.01.01.10	Provisão p/ Perdas e Desvalorizações	-60	2	86
6.01.01.11	Resultados de Exercícios Futuros	-199	124	-75
6.01.01.12	Outros Valores e Bens	-277	-1.606	511
6.01.01.13	Ajuste de Títulos e Valores Mobiliários	-1.384	0	-3.765
6.01.01.14	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-2.799	-62.094	73.080
6.01.01.15	Ajustes de Exercícios Anteriores	-8.002	0	0
6.01.01.16	Outros Créditos	-127.640	10.040	-25.187
6.01.01.17	Operações de Crédito	-593.339	-413.444	-857.517
6.01.01.18	Títulos e Valores Mobiliários	-620.988	6.939	-69.999
6.01.01.19	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	10.984	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.756	272.104	29.105
6.02.01	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Recebidos	14.614	5.055	22.683
6.02.02	Alienação de Investimento	6.105	406	0
6.02.03	Ajuste de Títulos e Valores Mobiliários de Controladas	1.658	-1.695	66
6.02.04	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	1.109	1.033	9.554
6.02.05	Inversão de Bens Não de Uso Próprio	-1.872	-3.577	-942
6.02.06	Inversão em Imobilizado de Uso	-6.918	-8.969	-1.192

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.02.07	Inversão do Intangível	-6.188	-28.431	0
6.02.08	Inversão em Investimentos	-14.264	-8.028	-179
6.02.09	Alienação de Investimento - Incorporação	0	315.465	0
6.02.10	Alienação de Imobilizado de Uso	0	845	8
6.02.11	Aplicação no Diferido	0	0	-893
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	743.950	806.510	1.114.177
6.03.01	Depósitos	714.950	1.102.441	807.526
6.03.02	Operações Compromissadas	49.842	-254.865	376.973
6.03.03	Obrigações p/ Empréstimos e Repasses	25.445	7.615	-80
6.03.04	Recursos de Aceites Cambiais e Emissão de Títulos	-2.487	-4.244	-32.053
6.03.05	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos e/ou Provisionados	-43.800	-44.437	-36.800
6.03.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	0	-1.389
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-201.315	606.331	304.848
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.088.047	481.716	176.868
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	886.732	1.088.047	481.716

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	300.000	12.404	0	269.107	0	-126	581.385
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-8.002	0	-8.002
5.03	Saldo Ajustado	300.000	12.404	0	269.107	-8.002	-126	573.383
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	196.041	0	196.041
5.05	Destinações	0	0	0	144.246	-188.046	0	-43.800
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-9.232	0	-9.232
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-34.568	0	-34.568
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	144.246	-144.246	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-1.384	-1.384
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	200.000	-56	0	-199.944	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	-7	0	0	7	0	0
5.13	Saldo Final	500.000	12.341	0	213.409	0	-1.510	724.240

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	300.000	12.366	0	123.072	0	-11.110	424.328
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	300.000	12.366	0	123.072	0	-11.110	424.328
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	55	0	0	190.455	0	190.510
5.05	Destinações	0	0	0	146.035	-190.472	0	-44.437
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-18.097	0	-18.097
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-26.340	0	-26.340
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	146.035	-146.035	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	-17	0	0	17	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	10.984	10.984
5.13	Saldo Final	300.000	12.404	0	269.107	0	-126	581.385

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	184.225	37.332	0	140.187	0	-7.342	354.402
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	184.225	37.332	0	140.187	0	-7.342	354.402
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	110.317	0	110.317
5.05	Destinações	0	0	0	73.539	-110.339	0	-36.800
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-17.300	0	-17.300
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-19.500	0	-19.500
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	73.539	-73.539	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	177	0	0	0	0	177
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-3.768	-3.768
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-3.768	-3.768
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	115.775	-25.121	0	-90.654	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	-22	0	0	22	0	0
5.13	Saldo Final	300.000	12.366	0	123.072	0	-11.110	424.328

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	1.241.068	1.090.599	810.015
7.01.01	Intermediação Financeira	1.398.731	1.140.101	730.365
7.01.02	Prestação de Serviços	121.661	117.746	124.280
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-95.668	-75.348	-19.683
7.01.04	Outras	-183.656	-91.900	-24.947
7.01.04.01	Outras Receitas/(receitas) Operacionais	-172.549	-91.849	-24.919
7.01.04.02	Resultado Não Operacional	-11.107	-51	-28
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-428.071	-382.121	-360.418
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-109.385	-99.998	-98.483
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-19.329	-16.439	-17.044
7.03.02	Serviços de Terceiros	-90.056	-83.559	-81.439
7.04	Valor Adicionado Bruto	703.612	608.480	351.114
7.05	Retenções	-19.192	-15.169	-10.287
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19.192	-15.169	-10.287
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	684.420	593.311	340.827
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-17.907	49.434	79.505
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-17.907	49.434	79.505
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	666.513	642.745	420.332
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	666.513	642.745	420.332
7.09.01	Pessoal	296.793	270.831	232.224
7.09.01.01	Remuneração Direta	200.010	181.150	162.926
7.09.01.02	Benefícios	35.274	30.321	24.491
7.09.01.03	F.G.T.S.	15.835	13.153	11.054
7.09.01.04	Outros	45.674	46.207	33.753
7.09.01.04.01	Participação no Lucro	25.790	28.047	18.530
7.09.01.04.02	Previdência Complementar	18.542	16.447	14.317
7.09.01.04.03	Treinamento	1.342	1.713	906
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	173.679	181.459	77.791

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.09.02.01	Federais	168.182	175.955	71.571
7.09.02.02	Estaduais	5.497	5.504	6.220
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	196.041	190.455	110.317
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	34.568	26.340	19.500
7.09.04.02	Dividendos	9.232	18.097	17.300
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	152.241	146.018	73.517

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração - Exercício 2010

Senhores Acionistas,

Em conformidade com as disposições legais em vigor (Lei das Sociedades por Ações, do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários e do Estatuto Social do BRB), submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco de Brasília S.A., relativas ao exercício de 2010.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

CENÁRIO ECONÔMICO

A economia norte-americana iniciou o ano apresentando sinais de recuperação de suas atividades, mas as incertezas sobre o ritmo de crescimento global, diante dos elevados *déficits* fiscais apresentados por países componentes da zona do euro e possibilidades de *default* por parte de alguns deles, seguiram pressionando os mercados mundiais. Por outro lado, a melhora dos indicadores econômicos americanos no 4º trimestre e a decisão do Fed de injetar US\$ 600 bilhões ao longo dos próximos meses na economia, mantendo a taxa de juros em patamar reduzido, deram fôlego a uma melhora da atividade econômica dos EUA ao final de 2010.

No tocante à Europa, a preocupação com os elevados *déficits* fiscais dos países como Grécia, Portugal, Irlanda, Itália e Espanha, obrigou a Comunidade Européia e o Fundo Monetário Internacional a disponibilizarem mais de 750 bilhões de euros para conter a contaminação em toda a região. A Grécia e posteriormente a Irlanda tiveram de recorrer a esses recursos no segundo semestre, potencializando as tensões quanto a situação dos demais países, fazendo com que diversos governos fossem obrigados a adotar medidas impopulares. O resultado foi um aumento do desemprego na região e impacto sobre o crescimento, gerando reflexos negativos sobre o euro.

Entre os emergentes, o forte crescimento chinês fez com que o governo local adotasse diversas medidas de aperto monetário (aumento de compulsório e elevação dos juros) na tentativa de restringir o crédito e mitigar o risco do surgimento de uma bolha especulativa no mercado imobiliário e ao mesmo tempo, conter a pressão inflacionária e esfriar o crescimento econômico. Contudo, o gigante asiático seguiu com níveis elevados de produção, o que contribuiu para a expansão de 10,3% em 2010 e inflação ao consumidor de 3,3%, bem acima da meta anual do governo, que era de cerca de 3%.

No caso brasileiro, a economia seguiu mostrando melhora com forte expansão da demanda interna, impulsionada pelo crescimento do emprego e da renda. O aumento dos gastos do governo, característico de ano eleitoral, também contribuiu para o expressivo crescimento da economia em 2010. Esse movimento se refletiu sobre os índices de inflação, fazendo com que o Banco Central elevasse a taxa Selic em dois pontos percentuais no ano, encerrando 2010 em 10,75% ao ano. Quanto ao comércio externo, as exportações brasileiras tiveram crescimento de aproximadamente 32% em 2010, acumulando saldo de US\$ 201,9 bilhões, e as importações aumentaram em 42%, encerrando o ano com saldo acumulado de US\$ 181,6 bilhões. Esse resultado gerou uma queda do *superávit* comercial de 19,8%, influenciado pelo aumento da demanda interna por produtos importados.

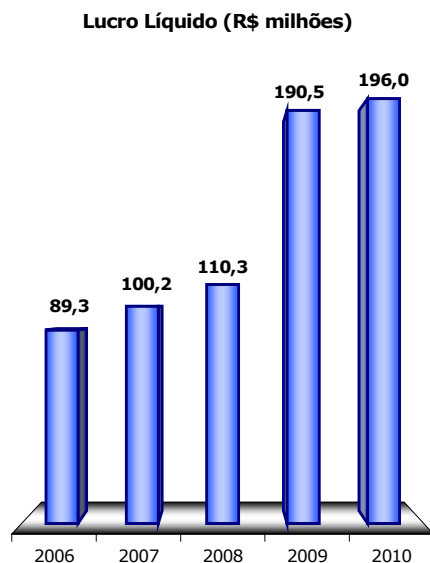
Quanto ao Distrito Federal (DF), o *déficit* do saldo comercial aumentou 47,3% em 2010. Isso é reflexo da expansão de 43,8% nas importações e de somente 17,5% nas exportações, ante o saldo acumulado de 2009. Já o mercado de trabalho apresentou crescimento de 1,5%, até dezembro, com destaque para os setores de indústria e de construção. Apesar do avanço menor do nível de ocupação, comparado ao mesmo período do ano anterior, a estabilidade da renda média oferecida pelo setor público e a continuidade do crédito facilitado proporcionaram expansão de 8,9% nas vendas no varejo, no acumulado de janeiro de 2010 a dezembro de 2010.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

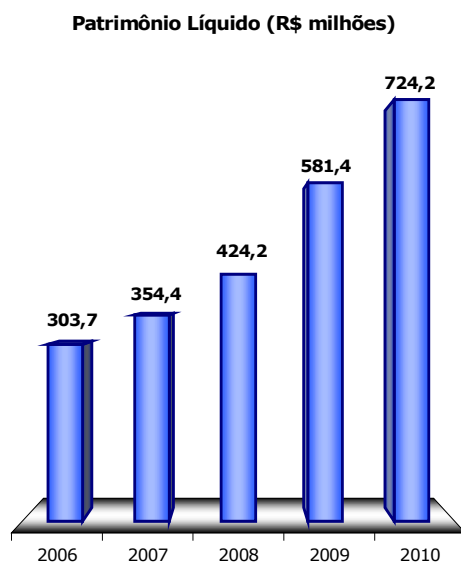
Lucro Líquido

O BRB apresentou lucro líquido de R\$ 196,0 milhões no exercício de 2010, resultado 2,88% superior ao lucro registrado no mesmo período do exercício anterior.



Patrimônio Líquido

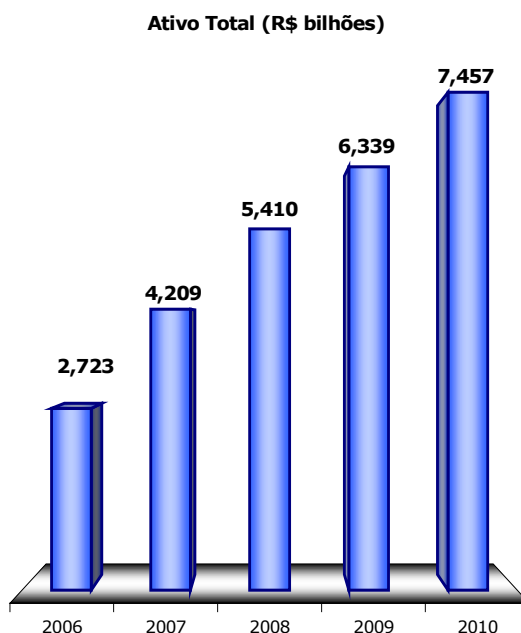
O patrimônio líquido, ao final do exercício de 2010, foi de R\$ 724,2 milhões, apresentando crescimento de 24,57% em relação ao final do exercício de 2009. Com esses números, o BRB obteve rentabilidade sobre o patrimônio líquido de 27,07%.



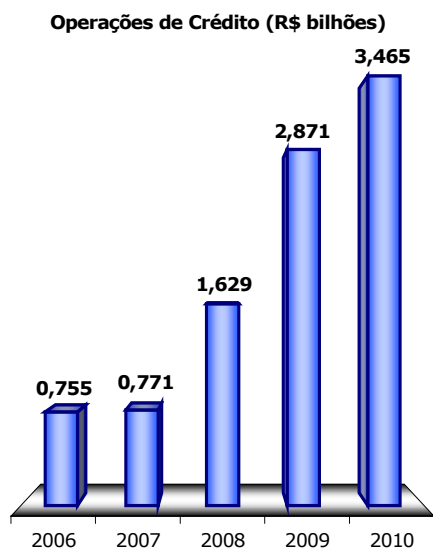
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

- a. O ativo total cresceu 17,63%, passando de R\$ 6,339 bilhões, em dezembro de 2009, para os atuais R\$ 7,457 bilhões. O incremento do ativo total deveu-se principalmente ao aumento das operações de crédito, com aumento de 20,69% em relação a 2009 e operações com títulos e valores mobiliários, que apresentou crescimento de 52,70% quando comparadas ao ano de 2009.

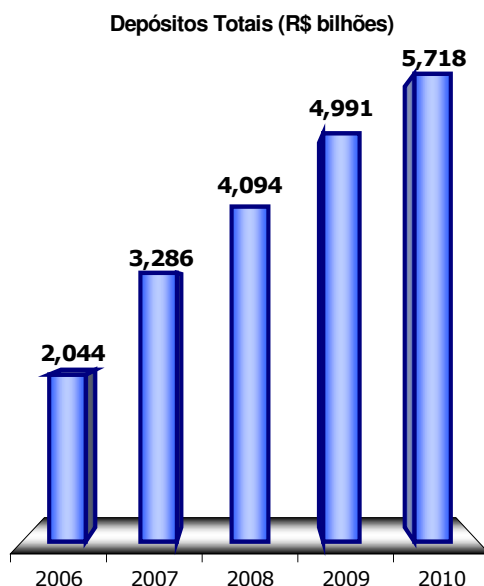


- b. O volume das operações com característica de concessão de crédito, no fim de 2010, totalizou R\$ 3,465 bilhões contra R\$ 2,871 bilhões registrados no fim do exercício de 2009, representando aumento de 20,69%. Com relação às operações de crédito, o BRB manteve as políticas de seletividade, pulverização e reforço de garantias reais, como forma de viabilizar a preservação de seus ativos.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- c. O volume de depósitos totais registrou em 2010 R\$ 5,718 bilhões contra R\$ 4,991 bilhões em dezembro de 2009, o que corresponde a um aumento da ordem de 14,57%. Destaca-se o crescimento dos depósitos a prazo, que de R\$ 3,053 bilhões no ano de 2009 passou para R\$ 3,861 bilhões ao final de 2010, o que corresponde a 26,47% de crescimento.



- d. As receitas de intermediação financeira totalizaram R\$ 1,399 bilhão, apresentando crescimento de 22,72% em relação ao R\$ 1,140 bilhão apresentados ao final do exercício de 2009.
- e. As despesas de intermediação financeira foram de R\$ 523,7 milhões, contra R\$ 457,4 milhões apresentados no mesmo período do exercício anterior, com aumento de 14,49%.

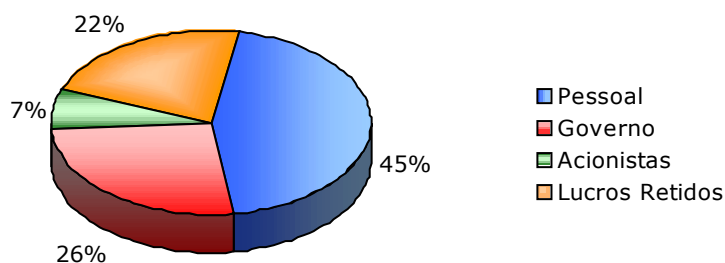
Destaques:

Resultado	2010	2009	Δ 2009 (%)
Lucro Líquido	R\$ 196,0 milhões	R\$ 190,5 milhões	2,88%
Receitas de Intermediação Financeira	R\$ 1,399 bilhão	R\$ 1,140 bilhão	22,72%
Despesas de Intermediação Financeira	R\$ 523,7 milhões	R\$ 457,4 milhões	14,49%
Balanco Patrimonial	2010	2009	Δ 2009 (%)
Ativo Total	R\$ 7,457 bilhões	R\$ 6,339 bilhões	17,63%
Operações de Crédito	R\$ 3,465 bilhões	R\$ 2,871 bilhões	20,69%
Depósitos Totais	R\$ 5,718 bilhões	R\$ 4,991 bilhões	14,57%
Patrimônio Líquido	R\$ 724,2 milhões	R\$ 581,4 milhões	24,57%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

VALOR ADICIONADO

No exercício de 2010, após a apuração do valor adicionado, constata-se que do total de recursos gerados pelo Banco de Brasília S.A., 45% foram distribuídos como remuneração à sua força de trabalho, por meio de salários, honorários, benefícios, encargos sociais e participações; 26% como remuneração ao governo através do recolhimento do INSS e pagamento de despesas tributárias, inclusive IR e CSLL; aproximadamente 7% como remuneração aos acionistas, mediante a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio e 22% como retenção de lucros.



REDE DE ATENDIMENTO

O BRB dispõe de 103 Pontos de Atendimento, assim divididos:

- Sessenta e duas agências, das quais 53 no Distrito Federal, 5 localizadas em outras capitais (Campo Grande, Cuiabá, Goiânia, Rio de Janeiro e São Paulo) e 4 no interior do Estado de Goiás.
- Quarenta e um Postos de Atendimento Bancário, de arrecadação e pagamentos.
- Além disso, conta também com 714 terminais de autoatendimento.

Em 2010, foram inauguradas as agências: Campo Grande, Cuiabá, ADE Águas Claras e o Pab Parque Rural, localizado na antiga sede da Câmara Legislativa do DF.

O Banco implementou novo modelo de correspondente não bancário com condições estruturais e operacionais mais simplificadas com o objetivo de reduzir custos tanto para o Banco como para a empresa contratada para a prestação do serviço. Em 2010, foram instaladas 13 unidades desse novo modelo de correspondente. A estrutura atual conta com o apoio de 95 correspondentes ativos e mais 24 em fase de contratação.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

BRB EM GRANDES NÚMEROS

Base Total de Clientes: **476.219**

Servidores do GDF: **194.586**

Montante de pagamento de benefícios sociais: **R\$ 160.431.996,36**

Concessão de Crédito: **R\$ 5,485 bilhões**

Captação: **R\$ 5,714 bilhões**

Quantidade de benefícios pagos a aposentados e pensionistas do INSS em 2010: **519.093**

Rede de Terminais de Autoatendimento: **714**

Rede de Agências: **103** distribuídas em todas as Regiões Administrativas do DF e em outros estados do Brasil (Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul).

Transações no Internet Bank: **32,5 milhões**

Transações nos Canais de Autoatendimento: **33,7 milhões**

BASE DE CLIENTES E QUANTITATIVO DE CONTAS

O BRB atende a 476 mil clientes, mantendo sob sua administração mais de 400 mil contas-correntes, sendo que, 85% desse total, corresponde a pessoa física, 6% a pessoa jurídica, 8% a conta salário, e 1% a outras contas. Além disso, administra mais de 319 mil contas de poupança, em sua maior parte (78%) de pessoa física.

CAPTAÇÃO

No ano de 2010 as captações globais do Banco cresceram 14,42%, alcançando volume de 5,714 bilhões. Esse resultado, fruto do trabalho contínuo e coordenado entre a Administração e os Pontos de Atendimento propiciou o atingimento das metas orçadas, o incremento da liquidez, aumento no volume de recursos disponibilizados para as linhas de crédito e, conseqüentemente, maior competitividade do Banco no mercado financeiro.

Nesta linha de crescimento sustentável delineia-se um cenário extremamente favorável aos novos desafios e à solidez do BRB, que se consolida como importante agente de fomento no desenvolvimento regional.

CRÉDITO

Carteira de Crédito (R\$ milhões)	2009	2010	Δ 2009 (%)
Pessoa Física	2.329,50	3.429,00	47,19%
• Crédito Consignado	1.029,90	1.939,84	88,35%
Pessoa Jurídica	1.536,71	1.656,06	7,77%
Carteira de Desenvolvimento*	300,30	399,80	33,13%
Total	4.166,50	5.484,86	31,64%

*Refere-se ao somatório das carteiras de crédito Imobiliário, Industrial e Rural.

Comercial:

Em 2010, o crédito para pessoas físicas cresceu 47,19% em relação ao ano anterior. Podemos destacar o aumento expressivo nas contratações referentes ao crédito consignado, as quais obtiveram crescimento de 88,35% em relação ao ano de 2009.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As operações de Pessoa Jurídica no varejo registraram expressivo crescimento em 2010, quando nas linhas de Capital de Giro para MPE e Antecipação de Recebíveis de Cartão (Visa e Mastercard) na ordem de 176,47%, passando de R\$ 50,8 milhões em dezembro de 2009 para R\$ 141 milhões em dezembro de 2010. E nesse foco, após análise da base de Pessoa Jurídico, propôs-se, para o primeiro semestre de 2011, crescimento nessas linhas de 18%a.s., acima do índice proposto pela Febraban de 18,8% a.a.

Várias medidas operacionais impulsionaram a carteira de crédito comercial, a principal delas foi a automatização da concessão de crédito. Com isso, os empréstimos podem ser contratados pelos clientes diretamente nos terminais de autoatendimento e no Banknet, com base nos limites pré-aprovados.

Rural:

Ao longo de 2010, a aplicação de recursos voltados para o crédito rural, contratados diretamente pelo BRB, cresceu 42,96% em relação ao ano de 2009.

A política de crédito do BRB priorizou o atendimento de crédito ao DF e à Ride. Ocorreram atendimentos a clientes cujos empreendimentos estavam fora da Ride, levando-se em conta a tradição no setor agropecuário e a relação do cliente com o Banco.

No atendimento de operações de custeio agrícola, que abrangeu lavouras de soja, milho e feijão, passou-se a exigir a contratação do seguro agrícola, como forma de ampliar a segurança e oferecer novos benefícios aos produtores rurais. Para tanto, foram indicadas duas empresas de seguros: Proagro e Seguradora Brasileira.

Em 2010 foram contratadas cerca de 500 operações de crédito rural atendidas em sua grande maioria com recursos obrigatórios. Porém, algumas operações de investimento foram contratadas com recursos do BNDES, principalmente no BNDES PSI - Programa de Sustentação de Investimento subsidiado pelo Governo Federal com taxas que variaram entre 4,5% a 5,5% ao ano.

Industrial:

No crédito industrial houve crescimento da demanda pelos recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste - FCO e do BNDES voltados ao fomento do segmento produtivo. A área reestruturou seus processos, qualificou a equipe de análise das propostas e treinou a rede.

O crédito industrial tem cumprido o seu principal objetivo que é suprir os recursos necessários ao financiamento de programas e de projetos que visem promover o desenvolvimento econômico e social da região e, além disso, apoiar iniciativas que objetivem, entre outros, ampliar a capacidade produtiva da economia, mediante implantação, expansão ou realocação de empreendimentos. Em 2010, foram mais de R\$ 18 milhões em créditos concedidos à indústria.

Imobiliário:

No setor imobiliário o BRB apoiou a produção e a aquisição de unidades habitacionais e comerciais. Em 2010, houve um aumento de mais de 35,70% na concessão de crédito imobiliário em relação ao ano de 2009.

Ações para divulgação da carteira imobiliária:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- ✓ Participação na 5ª Feira de Imóveis de Brasília realizada pela W. Imóveis, de 24 a 28 de novembro de 2010, na qual foram realizados 697 atendimentos, prospectando potenciais clientes e demonstrando os produtos desta Carteira Imobiliária.
- ✓ Parceria com as construtoras para efetuar o desligamento, que é o financiamento dos imóveis produzidos aos prováveis adquirentes.

Produção de imóveis:

Em 2010, o BRB, através do produto Plano Empresário proporcionou a construção de 1.592 imóveis habitacionais e 40 comerciais.

Geração de empregos:

Na construção dos imóveis acima mencionados, o BRB proporcionou a geração de 2.211 empregos.

Sustentabilidade:

Em 2010, o BRB priorizou a análise de projetos para construção de empreendimentos residenciais e comerciais em conformidade com recomendações do Sindicato dos Construtores do Distrito Federal – Sinduscom. Tais recomendações visam:

- Reaproveitamento de águas pluviais em banheiros (descarga), jardins e lavagem de áreas comuns.
- Utilização de materiais recicláveis e madeiras de reflorestamento na construção.
- Alfabetização de operários nos canteiros de obras.

TECNOLOGIA BANCÁRIA

Na área de tecnologia bancária, em 2010, foram concluídos ou encontram-se em fase de homologação projetos, tais como:

- O produto CDC Veículos, linha de crédito oferecida pela Financeira BRB, destinada a financiamento de automóveis zero quilômetro ou usados (até cinco anos de fabricação) nacionais ou importados, exclusivamente para pessoas físicas.
- Com a conclusão do Projeto Pré-aprovado, o limite de crédito disponível aos clientes passou a constar em seus extratos. Esse limite refere-se a operações de crédito parceladas, disponíveis nos canais de autoatendimento.
- O Projeto Compe com Imagem está em fase de homologação. Esse projeto visa a troca de arquivos eletrônicos com os dados dos cheques e suas respectivas imagens, em substituição à troca física dos cheques nas câmaras de compensação de cada praça.
- A primeira fase do Projeto da "Conta Única" foi implantada. Esse serviço permite aos clientes pessoas físicas e jurídicas ter um único número para a conta-corrente e a conta de poupança, utilizando-se o mesmo cartão e a mesma senha para ambas as contas, de forma prática e segura.
- Está em fase de homologação, o projeto que permitirá a compra a débito com os cartões sociais, proporcionando, desta forma, a bancarização dos beneficiários dos projetos sociais do Governo do Distrito Federal.
- Implantado, na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – Sedest/GDF, o Sistema de informação de Beneficiários do GDF - o SIBGDF, com o propósito de manter atualizada a base cadastral dos clientes usuários de benefícios sociais do GDF.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Implementou-se a opção "consulta recibos pagamentos multicanal" para permitir aos clientes consultar, no BRB Banknet e Módulo Administrativo do BRB Banknet, a 2ª via dos recibos dos pagamentos realizados pelo caixa, BRB Banknet, autoatendimento e BRB Telebanco.
- Habilitou-se também a opção de consulta de contracheques de empregados de empresas privadas que possuem conta-salário, junto ao BRB.
- Criou-se a opção de pagamento e outras transações financeiras para pessoa jurídica no sistema de gerenciamento financeiro BRB Negócios.
- Implantou-se o novo cartão com chip, para a bandeira Mastercard, com as funções de crédito e de débito.
- Implantaram-se, em todas as máquinas de autoatendimento do BRB, dispositivos para acesso de usuários da língua brasileira de sinais – Libras, em conformidade com as exigências legais.
- Atualizou-se o parque de *switches* 3COM que compõe o anel de conectividade do BRB. Essa atualização permitiu simplificar a rede e implantar dispositivos de segurança, através da autenticação das rotas dinâmicas para comunicação com as agências.
- Implementou-se o Projeto de Consolidação e Virtualização de Servidores de Baixa Plataforma, que possibilitou aumentar a capacidade de processamento atual da infraestrutura tecnológica.
- A internalização de uma central de serviços de TI propiciou melhor gerenciamento de incidentes e de problemas de tecnologia da informação. Essa central de serviços é um canal único de relacionamento entre usuários e a área de TI do BRB.
- Consolidou-se a implantação do novo *outsourcing* de autoatendimento da rede Perto, ao longo de 2010, proporcionando uma economia efetiva de mais de R\$ 5 milhões.

SEGURANÇA EMPRESARIAL

Em 2010 o BRB realizou as seguintes ações:

- Elaborou documento com instruções aos pontos de atendimento, com o intuito de preveni-los contra a abertura de contas correntes com documentação falsa.
- Distribuição de cartilhas sobre as melhores práticas em prevenção à lavagem de dinheiro, segurança pessoal e segurança da informação.
- Realização de treinamentos e palestras sobre procedimentos de segurança aos novos escriturários, caixas, gerentes de negócios e correspondentes não bancários.
- Intensificação do monitoramento da rede de autoatendimento, a fim de prevenir e recuperar valores objeto de fraudes por clonagem de cartão.
- Estreitamento do relacionamento com as delegacias especializadas (Delegacia de Defraudação e Falsificação - DEF, Delegacia de Repressão a Roubos - DRR, Delegacia Especializada de Combate ao Crime Organizado - Deco, Delegacia de Roubos e Furtos - DRF).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Esse relacionamento propiciou ações tempestivas no combate ao crime organizado e contribuiu para a detenção de criminosos que atuavam no Distrito Federal. Além disso, permitiu atendimento tempestivo das solicitações de quebra de sigilo bancário aos órgãos judiciais, contabilizando mais de 3.800 ofícios em 2010.

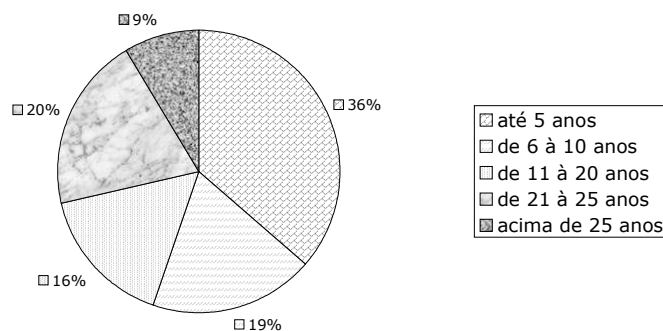
- Atualização da Política de Segurança da Informação e definição do padrão de acesso de usuários a vários sistemas corporativos.

- Com o propósito de oferecer maior segurança aos clientes do BRB, o processo de migração dos cartões de tarja para a tecnologia chip está em fase de conclusão.

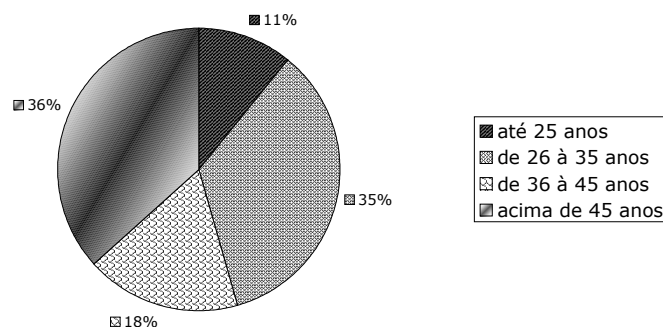
GESTÃO DE PESSOAS

O BRB encerrou 2010 com **2.474** empregados, **646** terceirizados, **369** estagiários e **105** jovens aprendizes.

Tempo de Banco



Idade dos Funcionários



a. Encarreamento:

- Realizou-se a 1ª etapa do Processo de Identificação de Perfil para todo o Conglomerado BRB, do qual participaram 1.543 empregados. Nessa 1ª fase, foram aplicadas provas de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

conhecimentos específicos.

- No primeiro trimestre de 2010 foram realizados dois processos para identificação de perfil para o preenchimento de cargos nas agências Cuiabá e Campo Grande e para a função de Especialista em Risco. Para os dois processos participaram 562 empregados. No 2º semestre de 2010 foram preenchidas vagas para novos cargos: Auxiliar Administrativo - 19 vagas, Gerente de Negócios - 39 vagas e Gerente de Expediente - 01 vaga.

b. Qualidade de Vida e Bem Estar:

- Ampliação do projeto “Corredores de Rua do BRB” e realização da II Olimpíada BRB. Estas ações são parte integrante do Programa Vida Ativa, que busca promover a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos empregados do Conglomerado BRB.
- Em abril foi realizado o II Sarau Cultural do BRB, cujo lema era “cultura também é qualidade de vida”, que contou com a participação de cerca de 300 pessoas. O objetivo desse evento foi promover a integração dos colaboradores e divulgar os talentos internos por meio da música, poesia, dança, fotografia, pintura, entre outros tipos de manifestação artística.

c. Ampliação do quadro de pessoal:

- Em 2010, foram admitidos 212 escriturários, 2 médicos, 14 advogados, 1 engenheiro do trabalho e 1 escriturário com deficiência física.

d. Benefícios:

- Incremento de 50 vagas para o auxílio-idioma e acréscimo do idioma francês entre os cursos contemplados.
- Concessão de auxílio-instrução para pós-graduação:

Ampliou-se o auxílio-instrução, que passou a contemplar cursos de pós-graduação para todos os empregados com quatro anos ou mais de Banco, detentores de funções a partir de gerente de expediente/supervisor de processos. O valor destinado a esse fim, em 2010, foi de R\$ 2,15 milhões.

e. Capacitação:

Visando desenvolver profissionalmente seus colaboradores, o BRB ofereceu cursos e treinamentos de atualização profissional ou específicos para aquisição de certificações imprescindíveis ao exercício das atividades bancárias.

Considerando-se que um mesmo empregado participou de mais de um treinamento, 5.451 colaboradores participaram de treinamentos internos e externos promovidos pelo Banco.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O tópico “Governança Corporativa” foi implantado no Portal BRB, a fim de proporcionar maior transparência e visibilidade do Conglomerado BRB perante seus acionistas. Constam neste tópico os Resultados Financeiros, o Código de Ética do BRB e outras informações, conforme

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

recomendação e princípios adotados como as Melhores Práticas de Governança Corporativa. Essas informações estão disponíveis para consulta a todos os *stakeholders* do Conglomerado BRB.

a. Gestão de Riscos

a.1 Risco de Crédito

O Banco de Brasília, de acordo com a Resolução CMN 3.721/09, instituiu a Gerência de Controle do Risco de Crédito – Geric, vinculada ao Departamento de Risco Institucional – Deris, e à Diretoria de Controle – Dicon. Essa unidade, que é independente das áreas de negociação e de auditoria interna, definiu e aprovou sua política de gerenciamento do risco de crédito.

O BRB apura mensalmente a exigência de capital para risco de crédito, de acordo com metodologia padronizada, estabelecida pela Circular Bacen 3.360/07 e alterações.

O gerenciamento do risco de crédito é realizado através da elaboração e da divulgação de relatórios gerenciais, que são submetidos mensalmente, para análise e deliberações, ao Comitê de Gerenciamento de Risco de Crédito, órgão vinculado à Diretoria Colegiada do BRB.

Nesses relatórios, as carteiras de crédito são avaliadas mediante análises de inadimplência, provisão, migração de créditos, evolução/concentração do crédito, níveis do patrimônio de referência – PR, alocação de capital regulamentar, índice de Basileia da Instituição, entre outros. As discussões do Comitê são submetidas à Dicol para tomada de decisão. Nesse Comitê, são estabelecidas as diretrizes para a política de gestão do risco de crédito e são propostas ações estratégicas para a redução e a mitigação desse risco.

Sob a ótica do gerenciamento contínuo e integrado do risco de crédito, a política de alocação de recursos do Conglomerado BRB foi revisada e aprovada. Essa política tem como objetivo garantir a aplicação de recursos nos negócios da Instituição, mediante a aplicação de regras claras de governança e de acordo com políticas e estratégias estabelecidas pela Diretoria do Banco.

a.2 Risco de Mercado e Gestão de Ativos e Passivos

A apuração, o monitoramento, o controle e o reporte do risco de mercado e a gestão de ativos e passivos do Conglomerado evoluíram durante o ano. Os cálculos de valor exposto ao risco (VaR), os testes de estresse e de validação do modelo (*backtesting*) foram aprimorados. As informações geradas pela área de risco são condensadas em relatórios específicos, remetidos à alta administração, para subsidiar a definição de estratégias com a intenção de tornar a gestão de risco de mercado mais efetiva.

a.3 Risco Operacional

O processo de controle de riscos operacionais no BRB é importante instrumento de gestão de riscos. Tem como objetivo fornecer informações completas, precisas e tempestivas, a fim de propiciar aos administradores subsídios para identificar, avaliar, administrar e controlar os riscos da Instituição. Além disso, assegura uma condução negocial compatível com a legislação externa e com as políticas e diretrizes definidas para o Banco.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Estrutura

O gerenciamento do risco operacional do Conglomerado BRB é executado diretamente pela Gerência de Controle do Risco Operacional (Geris), vinculada ao Departamento de Controle do Risco Institucional (Deris) e independente da área comercial e de auditoria interna, visando evitar conflito de interesses. As áreas de Segurança Empresarial e de Tecnologia da Informação atuam em parceria com o Departamento de Risco Institucional.

O Comitê de Gerenciamento do Risco Operacional complementa a estrutura organizacional que sustenta o ambiente de gerenciamento de risco operacional. Esse Comitê, composto por Diretores e Gerentes Executivos, tem a finalidade de determinar diretrizes para a política de risco operacional do Conglomerado BRB, acompanhar a evolução da base de perdas operacionais, a fim de propor ações mitigadoras para os riscos que as causaram. Além disso, o Comitê acompanha a evolução de Indicadores Chaves de Risco - ICRs, analisa relatórios de mapeamento de riscos e aprova metodologias e normatização relativas à gestão de riscos operacionais.

O processo de gerenciamento do risco operacional do BRB prevê uma abordagem qualitativa, identifica e analisa riscos, a fim de reduzir perdas operacionais e melhoria operacional. A abordagem quantitativa visa mensurar os riscos operacionais para efeito de gestão e alocação de capital.

Considerando-se a abordagem quantitativa, o BRB consolida as perdas do Conglomerado em uma base de dados interna, classificada conforme a taxonomia adotada, para os eventos de riscos/perdas e suas respectivas causas. Essa base de dados permite monitorar as perdas incorridas e possibilita a utilização efetiva das informações para gestão.

Entre as ações que compõem o ambiente da estrutura de gerenciamento de risco operacional do BRB, destacam-se:

a) Identificação dos riscos operacionais

Consiste em analisar os processos das áreas, visando identificar riscos operacionais e potenciais, internos e externos, os quais podem impactar os objetivos do Banco.

b) Avaliação dos riscos operacionais identificados

Trata-se de efetuar análises qualitativa e quantitativa do risco operacional, das quais são colhidos subsídios para a tomada de decisão, elaboração de estratégias de controle e mitigação e planos de ação.

c) Mensuração dos riscos operacionais

Trata-se do uso de métodos, abordagens, modelos e padrões matemáticos para o cálculo do risco operacional, do capital econômico e regulamentar exigidos, da parcela do risco operacional para compor o patrimônio de referência exigido (PRE) e de outras medidas necessárias para ações proativas e reativas de administração do risco operacional.

d) Controle / Mitigação dos riscos operacionais

Ações que tratam da execução de planos e de medidas de correção e de adequação, quando se verificam desvios das práticas e processos em relação ao esboço normativo e organizacional que rege a gestão do risco operacional.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

e) Monitoramento dos riscos operacionais

Consiste na execução de um sistema ou processo de vigilância, com o objetivo de verificar se as práticas e processos existentes e mapeados estão em conformidade com os regulamentos interno e externo.

f) Documentação e armazenamento

É o processo de registro, de comunicação e de formação de banco de dados sobre perdas operacionais.

g) Exigência legal

A descrição da estrutura de gerenciamento do risco operacional está disponível para acesso público no endereço eletrônico: <http://portal.brb.com.br/para-voce/relacionamento-com-investidores/gestao-de-risco/risco-operacional/218-risco-operacional-outros>, em atendimento ao § 2º do Art. 4º da Resolução CMN 3.380 de 2006.

CONTROLES INTERNOS

Em agosto de 2010, foi criado o Departamento de Controles Internos e Conformidade - Decic, vinculado à Diretoria de Controle - Dicon. Competem a esse novo departamento a gestão de controles internos e conformidade e a gestão da prevenção à lavagem de dinheiro.

O novo departamento atuou na publicação e na distribuição de normativos, na identificação de pontos de conformidade em normas internas (manuais), na intermediação entre áreas internas e os órgãos reguladores e fiscalizadores externos. Além disso, acompanhou a implementação de ações para atendimento de exigências legais.

Com relação às normas e às conformidades, o BRB acompanhou as ações para implementar a Resolução CMN 3.721, para atendimento ao Termo de Ajustamento de Conduta - TAC Acessibilidade, intermediou os contatos entre o Bacen e as diversas áreas do Banco durante trabalhos de supervisão, coordenou as solicitações feitas pelas auditorias independentes *PricewaterhouseCoopers* - PWC e BDO Trevisan Auditores e monitorou as ações realizadas para atender demandas de órgãos reguladores externos e de auditoria independente.

Quanto aos controles internos, o Decic revisou todos os procedimentos e rotinas de acompanhamento das demandas de órgãos de fiscalização e supervisão, coordenou as ações para atendimento das normas internacionais de contabilidade IFRS e publicou semanalmente ao Grupo BRB dicas das melhores práticas e conceitos básicos sobre o ambiente de controle interno.

ÍNDICE DE BASILÉIA

Em conformidade com o Novo Acordo de Capitais - Basileia II, o Índice de Solvabilidade do **Conglomerado Financeiro BRB**, o qual mede a relação entre o Patrimônio de Referência (PR) e o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), em dezembro de 2010, foi de 16,38%. Nesse mesmo período, o Limite de Imobilização foi de 14,56% sobre o Patrimônio de Referência para Limite de Imobilização. Para o **Conglomerado Econômico-Financeiro BRB**, o Índice de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Solvabilidade foi de 16,04% e o Limite de Imobilização foi de 14,76% sobre o Patrimônio de Referência para Limite de Imobilização.

PREVENÇÃO E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO

O processo de prevenção à lavagem de dinheiro passou pelas auditorias externas do Banco Central do Brasil - Bacen, *PricewaterhouseCoopers* e BDO Trevisan Auditores Independentes, além de trabalhos de auditoria interna realizados no primeiro semestre de 2010. Os resultados desses trabalhos foram utilizados para a evolução dos procedimentos em relação à prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro.

Para propiciar um melhor resultado nos trabalhos de prevenção à lavagem de dinheiro foi criada a Gepre - Gerência de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, área específica para a avaliação das operações que possam representar indícios de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Objetivando efetividade no resultado das suas atribuições, foram desenvolvidas ações fundamentais como:

- alteração da Política e do Manual de Procedimentos do Banco em relação à prevenção à lavagem de dinheiro;
- recomposição do Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, incluindo representantes das áreas mais expostas à prática de lavagem de dinheiro;
- criação de uma alçada colegiada para deliberação quanto à comunicação de indícios de lavagem de dinheiro ao COAF.

INFORMAÇÕES RELEVANTES

a) Para permitir maior controle dos dados cadastrais inseridos manualmente no sistema Base Única de Clientes - BUC, foi implementado, em abril de 2010, o processo "dupla assinatura", que permite identificar o empregado responsável pela atualização dos dados cadastrais dos clientes, assim como do gerente responsável pela confirmação dos dados.

b) Em março de 2010, foi implementada a atualização de endereços de correspondência por meio dos terminais de autoatendimento e pelo Banknet. Essa medida visa manter atualizados os endereços de correspondência dos clientes e reduzir os custos pela devolução de correspondências emitidas pelo Banco.

c) Após a implantação de valores pré-aprovados nas linhas de crédito parcelados e rotativos para pessoas físicas, no primeiro semestre de 2010, foi feita a inclusão do produto de Antecipação de Recebíveis, aumentando, desta forma, o número de operações pré-aprovadas à disposição dos clientes.

Além disso, os clientes pessoa jurídica também começaram a contar com linhas de crédito pré-aprovadas. A metodologia de concessão dos créditos é resultado de estudos de comportamento e métricas de inadimplência. Com o cruzamento dessas informações, foram criados modelos de classificação de risco dos perfis dos clientes, nomeados como modelos de aptidão, que aferem a propensão e a inadimplência do cliente e a decorrente mitigação do risco de concessão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

d) Para agilizar a oferta de produtos e serviços aos seus clientes, implantou-se, em julho de 2010, mecanismo de adesão ao "Contrato Único" por meio do autoatendimento e do Banknet.

e) Com a finalidade de cumprir legislação vigente sobre acessibilidade, 62 pontos de atendimento do BRB foram adaptados, do ponto de vista arquitetônico, em 2010. Essa medida visou garantir o acesso apropriado às pessoas com deficiência, proporcionando-lhes conforto, independência e segurança na utilização dos ambientes, equipamentos e funcionalidades do espaço edificado.

f) Presentes em todo o Distrito Federal e no entorno, as unidades de correspondentes não bancários, conhecidas como "BRB Conveniência", estão em fase de expansão. Além disso, foi instituído um novo modelo de correspondente não bancário, o "BRB Vizinhança", a fim de ampliar a rede de atendimento aos clientes do Banco.

A implantação desse novo modelo de correspondente não bancário visa reduzir custos tanto para o Banco como para a empresa contratada; aumentar a base de clientes e o acesso da população aos serviços bancários, tais como: saques, depósitos e pagamentos de contas. Esses novos correspondentes contribuem também para fortalecer ainda mais a marca do BRB.

g) Em 2010, lançou-se o primeiro produto para a oferta de crédito no correspondente não bancário, o "Empréstimo Pessoal com Garantia de Cheque Pré-datado". Essa modalidade de empréstimo destina-se à pessoas físicas não correntistas do BRB, que não possuam restrições financeiras e que sejam titulares de contas-correntes com cheque especial em outra instituição financeira, há pelo menos um ano.

h) O BRB alcançou ganhos em sua rentabilidade com ressarcimentos oriundos do uso de seu Balcão pelas empresas Cartão BRB, no montante de R\$ 14,3 milhões e Corretora Seguros BRB, no total de R\$ 10,7 milhões. Ademais, o Banco de Brasília recebeu R\$ 8,5 milhões da Cartão BRB proveniente da utilização da Marca BRB.

AÇÕES SOCIAIS, SUSTENTABILIDADE, RESPONSABILIDADE SOCIAL E PATROCÍNIOS

Os tópicos referentes às ações sociais, sustentabilidade, responsabilidade social e patrocínios estão disponíveis no Relatório de Sustentabilidade – 2010 e no site do BRB (www.brb.com.br).

CONTABILIDADE INTERNACIONAL

O Brasil, por meio da Lei Federal nº 11.638/2007, aderiu às normas internacionais de contabilidade promulgadas pela *International Accounting Standards Board* (IASB). Além disso, o Banco Central do Brasil (BACEN), nos termos da Resolução nº 3.786/2009, determinou que as instituições financeiras divulgassem as demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais, a partir da data-base 31/12/2010, com base nos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB. No entanto, para as demonstrações individuais manteve a aplicação das normas vigentes por ele emitidas.

A adoção completa em IFRS pelas instituições financeiras, tendo em conta a obrigatoriedade de emissão e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, impôs mudanças na forma como deverá ser avaliado o patrimônio dos bancos, notadamente com relação às perdas com as operações de crédito, a redefinição dos fluxos de caixa dos ativos e passivos financeiros considerando a taxa efetiva de juros das operações, a avaliação de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

recuperabilidade de ativos financeiros, a mensuração e a avaliação do valor recuperável do ativo, e a mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros.

O BRB fez os diagnósticos das diferenças entre as normas emitidas *pela International Accouting Standards Board* (IASB) e os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos no Brasil. Este diagnóstico é o subsídio principal para apuração dos ajustes necessários à convergência às normas internacionais, os quais estão em fase de apuração, com previsão para conclusão no prazo legal.

No âmbito da instituição, as principais divergências de aplicação das normas internacionais em relação às normas locais ocorreram na mensuração das perdas com operações de crédito, nos ajustes temporais de provisões para contingências fiscais e na mensuração de perdas com outros ativos financeiros. Contudo, até o presente momento não há uma estimativa mensurável e segura sobre os impactos nas demonstrações financeiras a serem divulgadas de acordo com os pronunciamentos do IASB.

INFORMAÇÕES LEGAIS

Conforme disposto no Artigo 8º da **Circular Bacen 3.068**, de 8 de novembro de 2001, o BRB declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento".

Atendendo à Instrução n.º 381, da Comissão de Valores Mobiliários, o Banco adota a política de que os auditores não devam auditar o próprio trabalho, bem como o fato de que a auditoria externa não deva exercer funções gerenciais e tampouco promover os interesses de seu cliente. As empresas do Conglomerado Econômico-Financeiro BRB, para as quais a BDO Trevisan Auditores Independentes realizou serviços de auditoria externa, são: BRB - Banco de Brasília S.A., BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A., BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., a Cartão BRB S.A. e a Corretora Seguros BRB S.A.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Banco de Brasília apresentou, no exercício de 2010, o maior lucro da sua história. Esse resultado só foi possível ser alcançado devido à confiança e fidelidade de seus clientes, ao apoio da população do Distrito Federal, ao trabalho e dedicação de seus colaboradores – empregados, investidores, prestadores de serviços e fornecedores – e à orientação segura de seus acionistas. A todos, nossos sinceros agradecimentos.

NILBAN DE MELO JÚNIOR
Diretor-Financeiro
Diretor-Presidente em exercício

ALINO DONIZETTI DE QUEIROZ
Diretor de Desenvolvimento

ANDRÉ LUIS CARVALHO DA MOTTA E SILVA
Diretor de Administração

CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER
Diretor de Controle

DARIO OSWALDO GARCIA JUNIOR
Diretor de Relacionamento e Negócios

KELSON CÔRTE
Diretor de Tecnologia

LAÉCIO BARROS JUNIOR
Diretor de Crédito e Governo

Notas Explicativas

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(em milhares de Reais)

Nota 1 Contexto operacional

O BRB - Banco de Brasília S.A. é uma instituição financeira de economia mista, controlada pelo Governo do Distrito Federal, organizada sob a forma de banco múltiplo e autorizada a operar com as carteiras comercial, de câmbio, de desenvolvimento, de *leasing* e de crédito imobiliário. Por meio de suas controladas, atua nos segmentos financeiros, com atividades nas áreas de Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários, Administração de Fundos, Crédito Direto ao Consumidor e Administração de Cartão de Crédito e Serviços.

Nota 2 Apresentação das demonstrações financeiras

- a) As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância à Lei das Sociedades por Ações, às instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e às Normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- b) A elaboração de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração se utilize de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O BRB revisa periodicamente essas estimativas e premissas.
- c) A CVM divulgou o Ofício-Circular/CVM/SEP/n.º 03/2011, o qual dá orientações gerais para instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen acerca do envio dos Formulários DFP das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2010, tendo como destaques:

"14. As instituições que decidam se utilizar da prorrogação de prazo prevista na Circular n.º 3.516/10 deverão enviar, na mesma data de envio das demonstrações contábeis que serão submetidas à apreciação da assembleia geral de acionistas, o Formulário DFP/10 com o preenchimento somente das informações relativas às demonstrações individuais.

15. Posteriormente, quando da divulgação das demonstrações contábeis consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional, deverão ser preenchidos os quadros referentes aos dados consolidados e o Formulário DFP/10 deverá ser reenviado com as informações completas." Dessa forma, o Banco enviará posteriormente a CVM as informações completas do Formulário DFP/2010.

- d) d) A Resolução n.º 3.786/09 e a Circular n.º 3.472/09 do BACEN, estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar anualmente e divulgar em até 90 dias após a data-base de 31 de dezembro suas demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. Este prazo foi posteriormente

Notas Explicativas

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(em milhares de Reais)

prorrogado para 120 dias por meio da Circular BACEN n.º 3516/10. Com isso o BRB – Banco de Brasília encontra-se em fase de apuração dos efeitos contábeis de transição para IFRS e concluirá esse processo nos prazos estabelecidos pelo BACEN.

Nota 3 Principais práticas contábeis

a) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

- Resolução n.º 3.566/08 – Redução ao valor recuperável de ativos;
- Resolução n.º 3.604/08 – Demonstração do fluxo de caixa;
- Resolução n.º 3.750/09 – Divulgação sobre partes relacionadas; e
- Resolução n.º 3.823/09 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

b) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A classificação em circulante e não circulante obedece à Lei n.º 6.404/1976, com as alterações determinadas pela Lei n.º 11.638/2007 e Medida Provisória n.º 449/2008.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem as disponibilidades e as aplicações interfinanceiras de liquidez cujo prazo de resgate é inferior a 90 dias, com risco insignificante de mudança de valor.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez pós-fixadas são avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As com encargos prefixados estão registradas a valor presente, calculados *pro rata* dia com base na variação da taxa de juros pactuada. As receitas destas operações estão classificadas na demonstração de resultado como “resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários”.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Os Títulos e Valores Mobiliários são registrados pelo custo de aquisição, atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva, e apresentados no Balanço Patrimonial conforme critérios de avaliação e contabilização estabelecidos pela Circular n.º 3.068/2001 do BACEN. Podem ser classificados da seguinte forma:

- Títulos para Negociação: adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados à valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período;

Notas Explicativas

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(em milhares de Reais)

- Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não podem ser classificados como Títulos para Negociação nem como Mantidos até o Vencimento. Esses títulos são ajustados à valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido;
- Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais a Administração demonstra a intenção e a capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. Os papéis mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos em contrapartida ao resultado do período, não sendo ajustados pelo valor de mercado. Os rendimentos dos títulos, independente da categoria em que são classificados, são registrados em conta de resultado.

No caso dos Títulos para Negociação e dos Mantidos até o Vencimento, as oscilações no valor de mercado para patamares abaixo do custo atualizado, devido a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

f) Derivativos

Quando aplicável, o BRB adota os procedimentos:

Os instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos), quando aplicável, são classificados de acordo com a intenção da Administração na data do início da operação, podendo ser utilizados para proteção contra riscos *hedge* ou não. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (a) altamente correlacionados no que se refere ao valor de mercado do derivativo e do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (b) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- *Hedge* de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período; e
- *Hedge* de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com valorizações ou desvalorizações reconhecidas em conta específica do Patrimônio Líquido, deduzidos os efeitos tributários.

Os instrumentos derivativos efetuados por meio de operações de *swap*, associados às operações de captação de recursos, não são avaliados à valor de mercado, conforme estabelecido na Circular BACEN n.º 3.150/2002. Esses derivativos levam em consideração as seguintes regras:

- não é permitida a negociação ou a liquidação apartada da operação a ele associado;

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

- nas hipóteses de liquidação antecipada da operação associada, esta ocorrerá pelo valor contratado;
- a contratação é feita pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação associada;
- em 31 de dezembro de 2010, o BRB não possuía operações com derivativos.

g) Operações de crédito

As "Operações de crédito" são demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos da fluência dos prazos contratuais, e classificadas de acordo com parâmetros estabelecidos pela Resolução n.º 2.682/1999 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar.

As operações de créditos classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias são reconhecidas somente após o efetivo recebimento.

A "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" é constituída em montante julgado suficiente à cobertura dos riscos de créditos a receber, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo BACEN. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais com relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

Nos termos da Resolução n.º 2682, o BRB considera as operações de crédito do produto BRBServ como exceção prevista no art. 3º.

Adicionalmente também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução n.º 2.682/1999, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente	Percentual
De 0 a 14 dias	A	0,5%
De 15 a 30 dias	B	1,0%
De 31 a 60 dias	C	3,0%
De 61 a 90 dias	D	10,0%
De 91 a 120 dias	E	30,0%
De 121 a 150 dias	F	50,0%
De 151 a 180 dias	G	70,0%
Superior a 180 dias	H	100,0%

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

h) Investimentos

Os investimentos relevantes em sociedades controladas foram avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme art. 248 da Lei n.º 6.404/1976, Instrução n.º 247/1996 da CVM, e normas do BACEN, apurados em balanços levantados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009. Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 1995, retificados por provisões para perdas julgadas permanentes.

i) Imobilizado de uso

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais:

- Imóveis de Uso – Edificações	4%
- Sistema de transportes, processamento de dados e comunicação	20%
- Demais itens	10%

O saldo residual, custo corrigido deduzido da depreciação acumulada, é comparado ao valor recuperável do ativo, no mínimo anualmente, ou quando há indicação de perda de valor.

j) Diferido

O diferido é constituído por gastos de instalações em imóveis de terceiros, instalação, adaptação de dependências e logísticas, sendo o saldo mantido até a efetiva baixa por obsolescência e pela amortização calculada pelo método linear, à taxa anual fixa de 20%.

k) Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade. Nesta categoria, foram considerados os *softwares*, amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. O ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível, de acordo com a Deliberação CVM n.º 553/2008, quando for: separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido; transferido ou licenciado; alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade, ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações. Os ativos intangíveis têm seus valores recuperáveis testados, no mínimo anualmente, ou quando há indicação de perda de valor.

l) Os demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelo valor líquido de realização. As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridas, deduzidas as correspondentes despesas, quando aplicável.

Notas Explicativas

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(em milhares de Reais)

m) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro-rata* dia.

n) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

o) As férias vencidas e proporcionais e os abonos e folgas estão integralmente provisionados por competência mensal, incluindo-se os encargos aplicáveis.

p) A rubrica "Outros Valores e Bens" é composta basicamente por "Bens Não Destinados a Uso", e compreende imóveis disponíveis para venda, próprios desativados e recebidos em dação de pagamento, os quais são ajustados à valor de mercado, por meio da constituição de provisão.

q) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM n.º 489/2005, Pronunciamento NPC 22 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e Resolução n.º 3.823 de 16/12/2009, do CMN e consideram premissas definidas pela administração e seus assessores legais:

- Ativos contingentes: trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

- Passivos contingentes: Decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações cíveis de natureza fiscal, previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor. Os depósitos judiciais em garantia a correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

r) Redução do Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

Notas Explicativas

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(em milhares de Reais)

É reconhecida uma perda por imparidade se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que geram entradas de caixa, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou de grupos de ativos. Perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período.

s) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/2009 (Nota 25).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

t) Tributos – Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Tributo:	Alíquota
Imposto de Renda (IR) (*)	15,00%
Adicional de Imposto de Renda (IR)	10,00%
Contribuição Social (CSLL)	15,00%
PIS	0,65%
COFINS	4,00%
ISS	5,00%

(*) Os impostos ativos diferidos foram constituídos às mesmas alíquotas mencionadas, aplicadas sobre as diferenças temporárias entre o lucro real e o contábil, e estão em conformidade com o que preceitua a Circular BACEN n.º 3.059/2002 e 3.355/2006. O Banco não constituiu créditos tributários sobre bases negativas de contribuição social em decorrência de discussão judicial sobre esse tema (nota 25c).

u) Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado sob o regime contábil de competência. As operações com taxas pre-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro-rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras foram atualizadas até a data do balanço.

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

v) Benefícios a empregados

Os custos decorrentes de benefícios a empregados e as respectivas divulgações seguem as regras estabelecidas na Deliberação CVM n.º 600/2009 e NPC 26 do IBRACON.

O BRB avaliou em 31 de dezembro de 2010, conforme os normativos aplicáveis, não havendo impacto sobre as demonstrações contábeis.

w) Controladas

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeira e operacional podem ser influenciadas pelo Banco, e nas quais há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potencial direito a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração para avaliar se o Banco controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pelo Banco e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

As operações intercompanhia, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pelo Banco.

Nota 4 Caixa e equivalentes de caixa

	BRB-Múltiplo	
	31/12/2010	31/12/2009
Caixa	88.865	96.556
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	605.019	786.384
Aplicações em depósitos interfinanceiros	192.609	204.721
Aplicações em moeda estrangeira	239	386
Total	886.732	1.088.047

(*) Referem-se a operações cujo vencimento é igual ou inferior a 90 dias.

Nota 5 Aplicações interfinanceiras de liquidez**a) Composição**

	BRB-Múltiplo			
	31/12/2010		31/12/2009	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Aplicações do Mercado Aberto	605.019	-	786.384	-
Posição Bancada:	259.280	-	495.451	-
Letras Financeiras do Tesouro	259.280	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	461.451	-
Letras do Tesouro Nacional	-	-	34.000	-
Posição Financiada:	345.739	-	290.933	-
Letras Financeiras do Tesouro	345.739	-	290.933	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	271.604	-	268.806	-

Notas Explicativas

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

	BRB-Múltiplo			
	31/12/2010		31/12/2009	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	271.365	-	267.709	-
Aplicações em Moedas Estrangeiras	239	-	1.097	-
Total	876.623	-	1.055.190	-

b) Vencimento

BRB-Múltiplo	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	31/12/2010	31/12/2009
Aplicações do Mercado Aberto	605.019	-	-	-	605.019	786.384
Posição Bancada:	259.280	-	-	-	259.280	495.451
Letras Financeiras do Tesouro	259.280	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	461.451
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	34.000
Posição Financiada:	345.739	-	-	-	345.739	290.933
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	290.933
Letras Financeiras do Tesouro	345.739	-	-	-	345.739	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	192.609	6.031	72.725	-	271.365	267.709
Aplicações em Moedas Estrangeiras	239	-	-	-	239	1.097
Total em 31/12/2010	797.867	6.031	72.725	-	876.623	-
Total em 31/12/2009	957.685	44.203	53.302	-	-	1.055.190

Nota 6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Resumo

a) Resumo

	BRB-Múltiplo				Ref.
	31/12/2010		31/12/2009		
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Títulos para negociação	1.554	-	3.254	-	(c)
Títulos disponíveis para venda	24.939	1.344.228	274.487	485.958	(d)
Títulos mantidos até o vencimento	105.472	323.029	18.297	396.238	(e)
Total	131.965	1.667.257	296.038	882.196	

b) Vencimento por classificação

b) Vencimentos por classificação											
	BRB-Múltiplo										
	31/12/2010								31/12/2009		
	Valor de mercado					Total			Total		
Vencimento Em dias	Sem vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ganho (perda) não realizado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ganho (perda) não realizado
1- Títulos para negociação											
Ações em Companhias abertas *	1.554	-	-	-	-	66	1.554	1.488	228	3.254	3.026

Notas Explicativas

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(em milhares de Reais)

	BRB-Múltiplo										
	31/12/2010								31/12/2009		
	Valor de mercado					Total			Total		
Total 1:	1.554	-	-	-	-	66	1.554	1.488	228	3.254	3.026
2-Títulos disponíveis para venda											
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	1.265.729	1.265.737	1.265.729	(8)	678.064	678.008	(56)
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	9.186	30.676	39.785	39.862	77	17.060	17.021	(39)
Notas do Tesouro Nacional **	-	4.809	4.809	-	47.626	54.300	57.244	2.944	50.705	52.221	1.516
Ações de Companhias Abertas	6.135	-	-	-	-	10.809	6.135	(4.674)	16.218	12.752	(3.466)
Cotas de Fundos de Investimento FAC	-	-	-	-	-	-	-	-	443	443	-
Santos Virtual – FIR	-	-	-	-	197	197	197	-	-	-	-
Total 2:	6.135	4.809	4.809	9.186	1.344.228	1.370.828	1.369.167	(1.661)	762.490	760.445	(2.045)
3- Títulos mantidos até o vencimento											
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	218.556	218.556	218.556	-	199.106	199.108	2
Notas do Tesouro Nacional	-	80.097	-	17.192	17.192	114.481	114.481	-	114.257	113.510	(747)
Títulos Públicos Federais (CVS)***	-	173	861	1.033	31.158	33.225	33.225	-	34.678	26.119	(8.559)
Títulos da Dívida Agrária	-	-	70	-	136	206	206	-	230	173	(57)
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	6.025	6.025	-
Funcine	-	-	-	-	1.347	1.347	1.347	-	-	-	-
Certificado Recebíveis Imobiliários	-	95	476	572	2.478	3.621	3.621	-	6.257	6.257	-
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC	-	409	2.043	2.451	3.269	8.172	8.172	-	11.930	11.930	-
Fundos de Investimentos em Participações	-	-	-	-	48.893	48.893	48.893	-	42.052	42.052	-
Total 3:	-	80.774	3.450	21.248	323.029	428.501	428.501	-	414.535	405.174	(9.361)
Total	7.689	85.583	8.259	30.434	1.667.257	1.799.395	1.799.222	(173)	1.177.253	1.168.873	(8.380)

(*) Em 31/12/2009, de acordo com a Circular n.º 3.068/2001, foi analisada a classificação da carteira de ações, e reclassificadas de 228.327 ações de emissão da CETIP S.A da categoria "disponível para venda" para "negociação".

(**) 28.500 NTN's estão caucionadas no processo 2005.34.00.000370-0, Ação Cautelar - BRB x União Federal - CSLL (nota 25c).

(***) 11.958 CVS's estão caucionados no processo 2005.34.00.000370-0, Ação Cautelar - BRB x União Federal - CSLL (nota 25c).

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

(****) Os certificados de cédulas de crédito bancário estão classificados de acordo com seus vencimentos e com as amortizações previstas.

c) Composição dos títulos para Negociação por prazo de vencimento e tipo de papel

BRB-Múltiplo	Sem Vencimento	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	31/12/2010	
Ações de Companhias Abertas	1.554	-	-	-	-	1.554	
Total em 31/12/2010	1.554	-	-	-	-	1.554	
Total em 31/12/2009	3.254	-	-	-	-	3.254	

d) Composição dos títulos "Disponíveis para Venda" por prazo de vencimento e tipo de papel

BRB-Múltiplo	Sem Vencimento	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	31/12/2010	31/12/2009
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	1.265.729	1.265.729	678.008
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	9.186	30.676	39.862	17.021
Notas do Tesouro Nacional (**)	-	4.809	4.809	-	47.626	57.244	52.221
Ações de Companhias Abertas	6.135	-	-	-	-	6.135	12.752
Cotas de Fundos de Investimentos - FAC	-	-	-	-	-	-	443
Santos Virtual - FIR	-	-	-	-	197	197	-
Total em 31/12/2010	6.135	4.809	4.809	9.186	1.344.228	1.369.167	-
Total em 31/12/2009	12.752	-	135.257	126.478	485.958	-	760.445

(*) Os certificados de cédulas de crédito bancário estão classificados de acordo com seus vencimentos e com as amortizações previstas.

e) Composição dos títulos "Mantidos até o Vencimento" por prazo de vencimento e tipo de papel

BRB-Múltiplo	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	31/12/2010	31/12/2009
Certificado Recebíveis Imobiliários	95	476	572	2.478	3.621	6.257
Debêntures	-	-	-	-	0	6.025
Funcine	-	-	-	1.347	1.347	-
Fundos Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	409	2.043	2.451	3.269	8.172	11.930
Fundos Investimentos em Participações - FIP	-	-	-	48.893	48.893	42.052
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	218.556	218.556	199.106
Notas do Tesouro Nacional	80.097	-	17.192	17.192	114.481	114.257
Títulos da Dívida Agrária	-	70	-	136	206	230
Títulos Públicos Federais - CVS	173	861	1.033	31.158	33.225	34.678
Total em 31/12/2010	80.774	3.450	21.248	323.029	428.501	-
Total em 31/12/2009	-	25	18.272	396.238	-	414.535

f) Composição dos títulos "Disponíveis para Venda" e "Mantidos até o Vencimento", vinculados à prestação de garantias, por vencimento e tipo de papel.

BRB-Múltiplo	Sem Vencimento	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	31/12/2010	31/12/2009
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	23.803	23.803	33.285
Notas do Tesouro Nacional	-	-	4.809	4.809	47.626	57.244	52.221

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

BRB-Múltiplo	Sem Vencimento	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	31/12/2010	31/12/2009
Títulos Públicos Federais – CVS	-	133	666	799	24.114	25.712	26.831
Total em 31/12/2010	-	133	5.475	5.608	95.543	106.759	-
Total em 31/12/2009	-	-	2.832	10.793	98.712	-	112.337

O valor de mercado para a carteira de títulos e valores mobiliários é apurado da seguinte forma:

- Todos os produtos avaliados pelo valor de mercado que não possuem cotação em mercado ativo, utilizam o método de fluxo de caixa descontado a valor presente;
- Para os títulos públicos federais que possuem negociação ativa no mercado (LTN, LFT, NTN) é usada a taxa indicativa publicada na AMBINA. Para os demais, usa-se a DI de um dia, disponível na BM&F;
- Na falta da taxa devida para o vencimento, procura-se a de um ativo semelhante em prazo e remuneração;
- Esgotando-se as possibilidades, é realizada pesquisa junto às corretoras atuantes no mercado.

g) Efeitos do ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos no exercício:

Títulos disponíveis para Venda Próprios	Saldo em 31/12/2009	Ajuste positivo	Ajuste negativo	Ajuste líquido no patrimônio	Saldo em 31/12/2010
Letras Financeiras do Tesouro	(56)	48	-	48	(8)
Letras do Tesouro Nacional	(39)	116	-	116	77
Notas do Tesouro Nacional	1.516	1.427	-	1.427	2.943
Ações	(3.466)	-	(1.208)	(1.208)	(4.674)
Letras Financeiras do Tesouro (Reavaliadas, conf. Circular n.º 3068/2001 art.5º, §1º, II, b)	(206)	-	-	-	(206)
Notas do Tesouro Nacional (Reavaliadas, conforme Circular n.º 3.068/2001 art. 5º, § 1º, II, b)	385	-	-	-	385
Notas do Tesouro Nacional (Reavaliadas, conforme Circular n.º 3.068/2001 art. 5º, § 1º, III, b)	(680)	-	-	-	(680)
Efeito tributário sobre ajuste de marcação a mercado de TVM	725	214	(323)	(109)	616
Total	(1.821)	1.805	(1.531)	274	(1.547)

h) Demonstração de ajuste ao valor de mercado por tipo de papel:

BRB - Múltiplo					
Títulos para Negociação	Custo Corrigido	Valor de Mercado	Valor Bruto	Efeitos Tributários	Valor Líquido
Ações (Reavaliadas, conforme Circular 3.068/2001 art. 5º, § 1º, II, a)	66	1.554	1.488	(424)	1.064
Total em 31/12/2010	66	1.554	1.488	(424)	1.064
Total em 31/12/2009	228	3.254	3.026	(756)	2.269
Títulos Disponíveis para Venda	Custo Corrigido	Valor de Mercado	Valor Bruto	Efeitos Tributários	Valor Líquido
Letras Financeiras do Tesouro	1.265.737	1.265.729	(8)	2	(6)
Letras do Tesouro Nacional	39.785	39.862	77	(22)	55

Notas Explicativas

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

Títulos Disponíveis para Venda	Custo Corrigido	Valor de Mercado	Valor Bruto	Efeitos Tributários	Valor Líquido
Notas do Tesouro Nacional	54.300	57.244	2.944	(838)	2.106
Notas do Tesouro Nacional (Reavaliadas, conforme Circular 3.068/2001 art. 5º, § 1º, III, b)	-	-	(680)	194	(487)
Ações	10.809	6.135	(4.674)	1.331	(3.343)
Total em 31/12/2010	1.370.631	1.368.969	(2.341)	667	(1.675)
Total em 31/12/2009	762.490	760.445	(2.546)	725	(1.821)

Mantidos até o Vencimento	Custo Corrigido	Valor de Mercado	Valor Bruto	Efeitos Tributários	Valor Líquido
Letras Financeiras do Tesouro (Reavaliadas, conforme Circular 3.068/2001 art. 5º, § 1º, II, b)	-	-	(206)	59	(147)
Notas do Tesouro Nacional (Reavaliadas, conforme Circular 3.068/2001 art. 5º, § 1º, II, b)	-	-	385	(110)	275
Total em 31/12/2010	-	-	179	(51)	128
Total em 31/12/2009	-	-	179	(51)	128

O efeito sobre o ajuste ao valor de mercado é de 29,65% sobre os ajustes negativos, referente a IR (25%), PIS (0,65%) e COFINS (4%); e 25% sobre os ajustes positivos, referente a IR (25%).

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não foi considerada, pois o Banco discute judicialmente o recolhimento do imposto.

i) Efeito do ajuste ao valor de mercado da DTVM:

Títulos Disponíveis para Venda	Custo Corrigido	Valor de Mercado	Valor Bruto	Efeitos Tributários	Valor Líquido
Letras financeiras do tesouro	4.031	4.018	(13)	5	(8)
Cédulas de crédito bancário – CCB	3.664	3.745	81	(36)	45
Total em 31/12/2010	7.695	7.763	68	(31)	37
Total em 31/12/2009	22.991	25.963	2.972	(1.277)	1.695

O efeito sobre o ajuste ao valor de mercado é de 44,65% sobre os ajustes negativos, referente a IR (25%), CSLL (15%), PIS (0,65%) e COFINS (4%); e 40% sobre os ajustes positivos, referente a IR (25%) e CSLL (15%).

j) Títulos e Valores mobiliários por carteira

	BRB-Múltiplo				BRB-Múltiplo			
	31/12/2010				31/12/2009			
	Total				Total			
	Valor contábil	Valor de custo	Valor de Mercado	Ganho (perda) não realizado	Valor contábil	Valor de custo	Valor de Mercado	Ganho (perda) não realizado
Carteira própria	1.489.338	1.492.435	1.489.338	(3.097)	945.709	946.221	943.067	(3.154)
Vinculados ao BACEN	203.125	203.142	203.125	(17)	120.188	120.208	120.188	(20)
Vinculados a garantias	106.759	103.818	106.759	2.941	112.337	110.824	105.618	(5.206)
Total	1.799.222	1.799.395	1.799.222	(173)	1.178.234	1.177.253	1.168.873	(8.380)

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

k) Títulos e Valores mobiliários por carteira e anos

BRB-Múltiplo	31/12/2010						31/12/2009
Vencimento em anos	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 15 anos	Acima de 15 anos	Total	Total
Carteira Própria	120.749	547.267	630.951	189.787	584	1.489.338	945.709
Vinculados ao Bacen	-	203.125	-	-	-	203.125	120.188
Vinculados a prestação de garantias	11.216	17.383	39.861	36.301	1.998	106.759	112.337
Total	131.965	767.775	670.812	226.088	2.582	1.799.222	1.178.234

l) Instrumentos Financeiros e Derivativos

– Análise de Sensibilidade (Instrução CVM n.º 475, de 17 de dezembro de 2008)

- Considerações Iniciais

Atendendo à Instrução CVM n.º 475, de 17 de novembro de 2008, foi realizada a análise de sensibilidade para o Conglomerado BRB.

Para esta análise, as operações são segregadas em duas carteiras: Negociação e Não-Negociação (de acordo com a Resolução CMN 3.464/2007 e Circular 3.354/2007):

1. A Carteira de Negociação (*Trading Book*) consiste nas operações de posições próprias com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação, claramente documentadas.
2. A Carteira de Não-Negociação (*Banking Book*) é formada por operações não classificadas na carteira de negociação, ou seja, sem a intenção de negociação, com o intuito de mantê-las até o vencimento.

Sob essas condições e com o objetivo de atender a Instrução CVM n.º 475, de 17 de dezembro de 2008, a análise de sensibilidade foi aplicada apenas às operações da Carteira de Negociação, pois para operações na Carteira de Não Negociação, a alteração de valor devido às oscilações na taxa de juros não representaria um impacto financeiro significativo para a Instituição. A Carteira de Negociação do Banco BRB é composta por títulos públicos, alguns títulos privados, fundos, ações, operações compromissadas e moedas estrangeiras. Operações de crédito, depósitos a prazo, poupança, letras hipotecárias, alguns títulos mobiliários, depósitos interfinanceiros entre outros papéis compõem a carteira de não-negociação. Em 31.12.2010 o BRB não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

- Metodologia

Para a análise de sensibilidade foram consideradas 3 cenários. O primeiro reflete maior probabilidade de ocorrência na visão do banco para os próximos 3 meses com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2010. Os cenários 2 e 3 são combinações de resultados adversos para o Conglomerado. Para a simulação dos cenários as curvas de juros, de preços, índices e taxas cambiais são estressadas conforme orientações da Instrução CVM. O cálculo utilizado é o paramétrico, com

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

grau de confiança a 99%, horizonte de tempo de 1 dia e modelo de volatilidade EWMA. O resultado apurado é a perda comparada à posição atual.

Cenário 1: Relativo ao cenário provável para um horizonte de três meses considerado pela instituição. As premissas utilizadas foram Selic a 11,75% a.a., taxa de câmbio reais/dólar a R\$ 1,70, Ibovespa projetado a 70.314 pontos e IPCA 5,56% a.a.

Cenário 2: Foi aplicado um choque paralelo de 25% nas variáveis de mercado as quais a Instituição está exposta, considerando as piores perdas resultantes por fator de risco.

Cenário 3: Foi aplicado um choque paralelo de 50% nas variáveis de mercado as quais a Instituição está exposta, considerando as piores perdas resultantes por fator de risco.

- Teste de Sensibilidade

O gerenciamento dos riscos do Conglomerado BRB é realizado por unidade independente das áreas de negócios e de auditoria, com total comprometimento do Comitê de Risco e da Alta Administração da Instituição.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação:

Exposição Financeira			
Fatores de Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Prefixados	(2.880)	(7.503)	(14.727)
Inflação	(1.761)	(4.388)	(8.255)
Renda variável	107	(1.826)	(3.653)
Câmbio	69	(795)	(1.590)
Total	(4.465)	(14.512)	(28.225)

A Carteira de Negociação do Banco BRB é composta por títulos públicos, fundos, ações, operações compromissadas e moedas estrangeiras.

As operações de crédito, depósitos a prazo, poupança, letras hipotecárias, alguns títulos mobiliários, depósitos interfinanceiros entre outros compõem a carteira de não-negociação.

Em 31/12/2010 o BRB não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

Nota 7 Relações interfinanceiras

	BRB-Múltiplo				Ref.
	31/12/2010		31/12/2009		
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Pagamentos e recebimentos a liquidar	7.854	-	6.884	-	
Depósitos no Banco Central do Brasil	446.324	-	474.969	-	(a)
SFH - Créditos Vinculados	37	178.773	7	153.578	(b)
Total	454.215	178.773	481.860	153.578	

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios, que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista.

b) A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui, preponderantemente, os valores residuais de contratos encerrados que serão ressarcidos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), com montante de R\$ 221.970 (R\$ 207.221 em 31/12/2009). Esses processos estão em fase de habilitação com aquele Fundo para recebimento de títulos CVS. Esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A realização destes créditos está condicionada à aderência a um conjunto de normas e procedimentos normatizados pelo FCVS. Os créditos da carteira não possuem coobrigação.

A provisão para perdas no montante de R\$ 43.197 (R\$ 35.726 em 31/12/2009) está constituída com base em estudo histórico, que estabelece critérios para estimar o montante de provisão para prováveis perdas decorrentes de contratos que eventualmente não atendam às normas e aos procedimentos estabelecidos pelo FCVS. A provisão para créditos junto ao FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

Em novembro de 2009 o BRB adquiriu créditos imobiliários com lastro em saldos residuais de responsabilidade do FCVS, classificados na categoria TR2 RCV, com o propósito de liberar recursos depositados junto ao BACEN à título de deficiência da exigibilidade do crédito imobiliário.

BRB-Múltiplo	31/12/2010			31/12/2009		
<u>Carteira de Terceiros – FCVS</u>	Saldo	Rendas a Apropriar	Saldo Líquido	Saldo	Rendas a Apropriar	Saldo Líquido
Créditos Adquiridos (habilitados e homologados)(*)	124.685	-	124.685	116.672	(17.917)	98.755
Total 1:	124.685	-	124.685	116.672	(17.917)	98.755
<u>Carteira Própria</u>	Saldo	Provisão	Saldo Líquido	Saldo	Provisão	Saldo Líquido
Não habilitados (**)	12.786	(11.408)	1.378	12.538	(9.705)	2.833
Habilitados e não homologados (***)	3.112	(1.846)	1.266	6.030	(2.452)	3.578
Habilitados, homologados e em discussão com a CEF (****)	45.470	(29.547)	15.923	39.277	(23.199)	16.078
Habilitados e homologados (*****)	31.501	-	31.501	28.037	-	28.037
Outros	4.416	(396)	4.020	4.667	(370)	4.297
Total 2	97.285	(43.197)	54.088	90.549	(35.726)	54.823
Total Créditos (Carteira Própria e Terceiros) - (1+2)	221.970	(43.197)	178.773	207.221	(53.643)	153.578

(*) Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, e apesar de não existir definição de prazo, os seus valores de mercado, quando da emissão dos títulos, poderão ser diferentes dos valores contábeis.

(**) Representa os contratos ainda não submetidos à homologação junto ao FCVS, porque estão em processo de habilitação no BRB.

(***) Representa os contratos já habilitados pelo BRB, estando em fase de análise por parte da Caixa Econômica Federal, para homologação final do FCVS.

(****) Representa os contratos já habilitados pelo BRB e analisados pelo Fundo, cuja cobertura foi negada, cabendo ainda recursos por parte do Banco, ou cujos valores para homologação estão em discussão entre BRB e Caixa.

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

(*****) Representam os contratos já avaliados pelo Fundo e aceitos pelo BRB e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei n.º 10.150/2000, para a sua realização.

Nota 8 Carteira de crédito

a) Composição da carteira por setor

	BRB-Múltiplo			
	31/12/2010		31/12/2009	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Setor Público	1.548	1.738	2.403	3.281
Setor Privado	1.777.838	1.804.204	1.569.289	1.393.829
Provisão	(83.810)	(36.962)	(51.680)	(45.904)
Total	1.695.576	1.768.980	1.520.012	1.351.206

b) Composição da carteira por tipo de devedor

	BRB-Múltiplo			
	31/12/2010	%	31/12/2009	%
Pessoa Física	2.736.364	76	2.322.011	78
Pessoa Jurídica – Comércio	157.766	4	131.981	4
Pessoa Jurídica – Indústria	56.683	2	44.952	2
Pessoa Jurídica – Outros	246.847	7	186.469	6
Crédito Rural	129.550	4	90.222	3
Crédito Habitacional	254.174	7	187.362	7
Setor Público Estadual – Indústria	2.394	-	2.967	-
Setor Público Estadual – Outros Serviços	892	-	2.718	-
Interfinanceiros	658	-	120	-
Total	3.585.328	100	2.968.802	100

c) Concentração das operações de crédito

	BRB-Múltiplo			
	31/12/2010	%	31/12/2009	%
10 Maiores Devedores	133.405	4	138.302	5
50 Maiores Devedores	228.378	6	194.362	7
100 Maiores Devedores	98.744	3	78.032	2
Demais Devedores	3.124.801	87	2.558.106	86
Total	3.585.328	100	2.968.802	100

d) Composição por nível de risco e faixa de vencimento

Operações Vincendas – BRB-Múltiplo											
NÍVEL	Até 14 dias	De 15 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 150 dias	De 151 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2010	31/12/2009
AA	42.304	107.139	89.327	72.663	14.485	29.257	187.259	401.971	1.332.241	2.276.646	1.711.233
A	45.860	38.299	46.594	38.165	12.791	36.127	66.413	153.279	231.478	669.006	547.229

Notas Explicativas

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

Operações Vincendas – BRB-Múltiplo

NÍVEL	Até 14 dias	De 15 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 150 dias	De 151 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2010	31/12/2009
B	10.923	18.149	20.900	16.982	4.169	6.732	29.267	57.498	144.179	308.799	228.227
C	8.817	5.870	7.804	5.223	841	802	11.233	12.001	24.366	76.957	309.529
D	2.451	5.328	6.084	4.068	999	2.126	7.703	19.173	23.354	71.286	44.561
E	261	1.988	2.284	1.907	215	384	4.964	7.718	18.071	37.792	11.841
F	115	729	749	727	46	80	1.815	3.460	8.763	16.484	7.006
G	57	579	639	524	54	59	1.285	2.257	6.658	12.112	6.135
H	122	1.700	1.818	1.645	93	175	4.043	9.928	16.832	36.356	36.865
Total 31/12/2010	110.910	179.781	176.199	141.904	33.693	75.742	313.982	667.285	1.805.942	3.505.438	-
Total 31/12/2009	106.473	225.234	135.996	109.978	31.826	27.855	302.220	565.932	1.397.112	-	2.902.626

Operações Vencidas – BRB-Múltiplo

NÍVEL	Até 14 dias	De 15 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 150 dias	De 151 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2010	31/12/2009
AA	767	121	-	-	-	-	-	-	-	888	4.262
A	1.382	288	-	-	-	-	-	-	-	1.670	1.230
B	3.281	7.704	77	-	-	-	-	-	-	11.062	13.673
C	2.273	2.317	2.347	78	22	-	-	-	-	7.037	9.511
D	827	2.045	2.302	2.050	32	23	194	-	-	7.473	3.649
E	356	1.279	3.752	3.456	2.427	26	20	19	-	11.335	2.514
F	241	763	843	1.155	1.449	1.106	11	20	-	5.588	3.174
G	212	384	446	743	1.181	1.422	996	25	-	5.409	2.298
H	538	1.439	1.524	1.585	1.867	2.350	3.115	17.010	-	29.428	25.865
Total 31/12/2010	9.877	16.340	11.291	9.067	6.978	4.927	4.336	17.074	-	79.890	-
Total 31/12/2009	8.656	23.845	4.441	3.287	2.599	3.367	2.767	17.214	-	-	66.176

e) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de Risco	Valor do Crédito		% das Provisões	Valor das Provisões	
	BRB-Múltiplo			BRB-Múltiplo	
	31/12/2010	31/12/2009		31/12/2010	31/12/2009
AA	2.277.534	1.715.495	0%	-	-
A	670.676	548.459	0,5%	3.355	2.743
B	319.861	241.900	1%	3.198	2.419
C	83.994	319.040	3%	2.520	9.572
D	78.759	48.210	10%	7.876	4.821
E	49.127	14.355	30%	14.738	4.306
F	22.072	10.180	50%	11.036	5.090
G	17.521	8.433	70%	12.265	5.903
H	65.784	62.730	100%	65.784	62.730
Total	3.585.328	2.968.802	-	120.772	97.584

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e créditos recuperados

	BRB-Múltiplo	
	31/12/2010	31/12/2009
Saldo Inicial	97.584	54.903
Provisões Constituídas/Revertidas	95.668	75.348
(Baixa para Prejuízo)	(72.480)	(32.667)
Saldo Final (circulante + não circulante)	120.772	97.584
Créditos Recuperados	48.259	27.935

g) Renegociações

As operações de créditos renegociadas no exercício de 2010 totalizaram R\$ 796.767 (R\$ 517.311 em 31/12/2009). Essas operações são decorrentes de operações da carteira ativa e de créditos baixados como prejuízo e foram registradas mantendo-se a mesma classificação de risco e a provisão para perdas existentes anteriormente à renegociação. Somente haverá mudança na classificação após o pagamento de parte relevante da dívida renegociada.

Nota 9 Outros créditos**a) Resumo**

	BRB-Múltiplo				
	31/12/2010		31/12/2009		
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Ref.
Carteira de Câmbio	-	-	6.266	-	
Rendas a receber	15.065	-	7.359	4.714	(b)
Créditos Específicos	561	3.527	68	3.384	(d)
Negociação e Intermediação	762	-	21	-	(c)
Créditos de Usuários (*)	-	-	-	-	
Diversos	107.152	279.005	69.385	187.236	(e)
Total	123.540	282.532	83.099	195.334	

(*) Valor reclassificado da rubrica operações de crédito, objetivando melhor apresentação.

b) Rendas a receber

	BRB-Múltiplo	
	31/12/2010	31/12/2009
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	868	1.336
Serviços de Arrecadação (INSS/GDF e Concessionários de Serviços Públicos)	13.254	10.106
Outros Serviços Prestados	943	631
Total	15.065	12.073

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

c) Negociação e intermediação de valores

	BRB-Múltiplo	
	31/12/2010	31/12/2009
Devedores - Conta liquidações pendentes	762	21

d) Créditos específicos

	BRB-Múltiplo	
	31/12/2010	31/12/2009
Créditos securitizados (*)	4.088	3.452

(*)Referem-se à renegociação de dívidas de crédito rural amparadas pela Resolução BACEN n.º 2.471/1998.

e) Diversos

	BRB-Múltiplo	
	31/12/2010	31/12/2009
Adiantamentos e antecipações salariais	2.190	2.357
Adiantamento para pagamento nossa conta	21	17
Créditos Tributários - Imposto de Renda (nota 10)	126.202	55.608
Devedores por depósitos em garantias:		
Trabalhista	21.520	15.588
Fiscais	138.888	100.333
Outros	7.843	5.451
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	42.375	35.820
PIS Repique - crédito tributário (***)	9.096	8.856
Pagamentos a ressarcir	14.365	12.914
Títulos e créditos a receber	5.457	5.580
Valores a receber - sociedades ligadas	6.215	3.249
Devedores diversos - País (*)	11.985	10.848
Total	386.157	256.621
(*)Devedores diversos - País:		
Devedores por compra de bens não de uso - venda	282	361
Pendências de depósitos	939	2.066
Lançamento retroativo FCB	-	-
Pendências a regularizar - Sistema FCB	1.696	4.010
Precatório DER/SP (**)	-	4.249
Outros	9.068	162
Total	11.985	10.848

(**)Referem-se a precatórios do Departamento de Estradas e Rodagens de São Paulo, cedidos ao Banco em dação de pagamento por meio de escritura pública, atualizados à taxa de 6% a.a. mais variação da UFESP (equivalente ao INPC).

Em 2006, conforme autorização do BACEN, baseada em nova avaliação de risco desse crédito, foi reduzido o percentual de provisão para perda de 30% para 10%. O DER/SP vem quitando anualmente a dívida na proporção de 1/10 do total, em atendimento à Emenda Constitucional n.º 30, de 13 de setembro de 2000, restando uma parcela.

(***) Crédito tributário ativado a compensar está caucionado no processo 2005.34.000370-0, Ação Cautelar BRB x União Federal - CSLL (nota 25f).

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

Nota 10 Créditos tributários - Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

São constituídos créditos tributários do BRB relativos ao Imposto de Renda (IR), com base em diferenças intertemporais à alíquota de 25% e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) a alíquota de 15%.

A Financeira BRB e a BRB-DTVM passaram a constituir Crédito Tributário de 15% da CSLL, em razão da adesão ao programa de redução fiscal instituído pela Lei 11.941/2009 (nota 25c).

a) Movimentação do crédito tributário

Créditos Tributários de Imposto de Renda (IR e CSLL)	BRB-Múltiplo	
	Base de Cálculo	Crédito Tributário
Saldo em 31/12/2008	312.986	78.247
Constituídos	338.308	84.577
Realizados	(433.784)	(108.446)
Constituição sobre a CSLL	-	-
Saldo em 31/12/2009	217.510	54.378
Constituição	283.199	70.800
Realização	(189.258)	(47.314)
Constituição sobre a CSLL	-	46.717
Realização sobre a CSLL	-	-
Saldo em 31/12/2010	311.451	124.581
Percentual em relação ao Patrimônio Líquido	43,01%	17,21%
Percentual em relação ao Ativo Total	4,18%	1,68%

b) Crédito Tributário do efeito de marcação a mercado de TVM**BRB-Múltiplo****Títulos Disponíveis para Venda**

Ajustes a valor de mercado positivos	Ajustes Positivos	4,65% PIS/COFINS	Base de Cálculo após PIS/COFINS	25% Imposto de Renda	Passivo Fiscal Diferido/ Crédito Tributário
Letras Financeiras do Tesouro	15	1	14	3	11
Notas do Tesouro Nacional	2.943	137	2.806	702	2.104
LTN	78	3	74	19	56
Total em 31/12/2010	3.036	141	2.894	724	2.171
Ajustes a valor de mercado negativos	Ajustes Negativos	4,65% PIS/COFINS	Base de Cálculo após PIS/COFINS	25% Imposto de Renda	Passivo Fiscal Diferido/ Crédito Tributário
Letras Financeiras do Tesouro	(23)	(1)	(22)	(6)	(16)
Letra do Tesouro Nacional	(1)	-	(1)	-	(1)
Notas do Tesouro Nacional (Reavaliadas, conforme Circular 3.068/2001 art. 5º, § 1º, III, b)	(680)	(32)	(648)	(162)	(486)
Ações	(4.674)	(217)	(4.457)	(1.114)	(3.343)

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

Ajustes a valor de mercado negativos	Ajustes Negativos	4,65% PIS/COFINS	Base de Cálculo após PIS/COFINS	25% Imposto de Renda	Passivo Fiscal Diferido/ Crédito Tributário
Total em 31/12/2010	(5.378)	(250)	(5.128)	(1.282)	(3.846)

Mantidos até o Vencimento

Ajustes a valor de mercado positivos	Ajustes Positivos	4,65% PIS/COFINS	Base de Cálculo após PIS/COFINS	25% Imposto de Renda	Passivo Fiscal Diferido/ Crédito Tributário
Ajuste a valor de mercado Notas do Tesouro Nacional (Reavaliadas, conforme Circular 3.068/2001 art. 5º, § 1º, II, b)	492	23	470	117	352
Total em 31/12/2010	492	23	470	117	352

Ajustes a valor de mercado negativos	Ajustes Negativos	4,65% PIS/COFINS	Base de Cálculo após PIS/COFINS	25% Imposto de Renda	Passivo Fiscal Diferido/ Crédito Tributário
Ajuste a valor de mercado Letras Financeiras do Tesouro (Reavaliadas, conforme Circular 3.068/2001 art. 5º, § 1º, II, b)	(206)	(9)	(196)	(49)	(148)
Ajuste a valor de mercado Notas do Tesouro Nacional (Reavaliadas, conforme Circular 3.068/2001 art. 5º, § 1º, II, b)	(107)	(5)	(102)	(26)	(76)
Total em 31/12/2010	(313)	(14)	(298)	(75)	(224)

Ajustes a valor de mercado positivos	3.528	164	3.364	841	2.523
Ajustes a valor de mercado negativos	(5.691)	(264)	(5.426)	(1.357)	(4.070)
Total em 31/12/2010	(2.163)	(100)	(2.062)	(516)	(1.547)

Total Efeitos Tributários Diferidos						1.005
Total Crédito Tributário						(1.621)

BRB-DTVM**Títulos Disponíveis para Venda**

Ajustes a valor de mercado positivos	Ajustes Positivos	4,65% PIS/COFINS	Base de Cálculo após PIS/COFINS	40% Imposto de Renda	Passivo Fiscal Diferido/ Crédito Tributário
CCB	155	7	148	59	89
Total em 31/12/2010	155	7	148	59	89

Ajustes a valor de mercado negativos	Ajustes Negativos	4,65% PIS/COFINS	Base de Cálculo após PIS/COFINS	40% Imposto de Renda	Passivo Fiscal Diferido/ Crédito Tributário
CCB	(73)	-	(73)	(29)	(44)
LFTA	(13)	-	(13)	(5)	(8)
Total em 31/12/2010	(86)	-	(86)	(34)	(52)
Ajustes a valor de mercado positivos	155	7	148	59	66
Ajustes a valor de mercado negativos	(86)	-	(86)	(34)	(52)
Total em 31/12/2010	69	7	62	25	14

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

Total Efeitos Tributários Diferidos	66
Total Crédito Tributário	(34)

c) Cálculo do crédito tributário ativado

Descrição das provisões/adições temporariamente indedutíveis:	BRB-Múltiplo	
	Base de Cálculo	IR e CSLL 40%
Devedores duvidosos	128.932	51.573
Litígios trabalhistas	46.575	18.630
Outros litígios	45.968	18.387
Provisão sobre precatório do DER	454	182
Perdas com FCVS	24.739	9.896
Provisão Despesas de Pessoal – Abono	1.822	729
Provisão para outros valores e bens	425	170
Provisão riscos fiscais (INSS)	41.000	16.400
Provisão riscos fiscais (FNDE)	1.908	763
Provisão riscos fiscais (PIS e COFINS)	16.986	6.794
Perdas títulos livre negociação - CETIP	1.529	611
Provisão Despesas em Op. Mercado Futuro	-	-
Outras	1.113	446
Diversas (Para CSLL CFI)	-	-
Diversas (Para CSLL DTVM)	-	-
Subtotal	311.451	124.581
Efeito de marcação a mercado de TVM	-	(616)
Total	311.451	123.965

d) Estimativa de realização do crédito tributário

	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016 a 2020	%
BRB-Múltiplo	26.000	30,97	7.213	8,59	6.414	7,64	5.970	7,11	5.564	6,63	32.793	39,06

O valor presente dos créditos tributários descontados à taxa média de captação é de R\$ 83.954. A realização do crédito tributário do BRB-Múltiplo no ano 2010 foi de R\$ 47.314 e representou 190,43% em relação ao orçado.

e) Demonstrativo da apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	BRB-Múltiplo	
	31/12/2010	31/12/2009
Resultado antes do IR e CSLL antes participação nos lucros	279.009	305.523
(-) Juros sobre capital próprio	(34.568)	(26.340)
(-) Participação nos lucros	(25.790)	(28.047)
(-) Ajustes Regime Tributário de Transição - RTT	(1.050)	-
(+) Adição	318.222	342.653
Permanente	<u>40.798</u>	<u>14.289</u>

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

	BRB-Múltiplo	
	31/12/2010	31/12/2009
Equivalência patrimonial	38.345	10.739
Outras adições	2.453	3.550
Não Permanente	277.424	328.364
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	156.945	285.257
Provisão para programa de participação em resultados	-	9.900
Outras adições	120.479	33.207
(-) Exclusão	(211.846)	(443.940)
Permanente	(20.816)	(56.505)
Equivalência patrimonial	(20.438)	(55.963)
Outras exclusões	(378)	(542)
Não permanente	(191.030)	(387.435)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(157.342)	(318.401)
Baixa Provisão P/ Programa Participação Resultado	-	(18.900)
Provisão de contingências	(18.158)	(34.634)
Outras exclusões	(15.530)	(15.500)
(=) Lucro real antes da compensação de prejuízo fiscal	323.977	149.849
(-) Compensação de Lucro/Prejuízo fiscal	-	-
(=) Lucro/Prejuízo fiscal	323.977	149.849
Imposto de renda à alíquota 15%	48.596	22.477
Imposto de renda adicional 10%	32.373	14.961
(-) Incentivos fiscais	(1.794)	(597)
Ajustes de despesas de imposto de rendas/exercícios anteriores	-	838
(-) Despesas de IR Diferido	(384)	756
Despesa com imposto de renda à alíquota de 25%	78.791	38.435
Base de Cálculo antes da compensação de base negativa	322.444	182.607
(-) Compensação de base negativa	-	(18.156)
(=) Base de cálculo CSLL	322.444	164.451
Valor da CSLL 15%	48.367	24.668
Ajuste de despesas de CSLL	-	49
Despesa de CSLL diferido	223	-
+/- Despesa de CSLL de períodos anteriores	-	-
Despesas c/ CSLL	48.590	24.717

Nota 11 Outros valores e bens**a) Resumo**

	BRB-Múltiplo			
	31/12/2010		31/12/2009	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Bens não de uso próprio	-	6.577	-	5.842
Despesas antecipadas	2.011	-	1.828	-
Material em estoque	369	-	276	-

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

	BRB-Múltiplo			
	31/12/2010		31/12/2009	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para desvalorizações de outros valores e bens	-	(596)	-	(688)
Total	2.380	5.981	2.104	5.154

b) Sumário

	BRB-Múltiplo	
	31/12/2010	31/12/2009
Bens não de uso próprio	6.577	5.842
Despesas antecipadas	2.011	1.828
Material em estoque	369	276
Provisão para desvalorizações de outros valores e bens	(596)	(688)
Total	8.361	7.258

A provisão é constituída quando o valor de mercado é inferior ao custo, por meio de laudo de avaliação.

Nota 12 Investimentos – Participações em coligadas e controladas no País

a) Sumário

	BRB-Múltiplo	
	31/12/2010	Ref.
Participações em coligadas e controladas no país	103.435	(b)
Outros investimentos	2.908	
Provisões para perdas	(339)	
Total	106.004	

b) Participações em coligadas e controladas no país

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método da equivalência patrimonial foram contabilizados em contas de resultado, no título "Resultado de Participações em Coligadas e Controladas". Os principais dados relativos às sociedades coligadas e controladas são:

Quantidade de ações	Financeira BRB	BRB DTVM	CARTÃO BRB	
Capital	30.000	30.000	211.280	
N.º de ações do BRB-BM: - Ordinárias	50	990.000	2.748.756	
- Preferenciais	50	-	-	
Percentual de participação	100%	99%	69,74%	
Movimento do investimento	Financeira BRB	BRB DTVM	CARTÃO BRB	Total
. Saldos em 31/12/2008	332.013	33.936	24.895	390.844

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

Movimento do investimento	Financeira BRB	BRB DTVM	CARTÃO BRB	Total
- Equivalência patrimonial	14.630	3.485	32.992	51.107
- Dividendos/JCP recebidos	(280)	(861)	(4.234)	(5.375)
- Reflexo do ajuste ao valor de mercado TVM	17	1.678	-	1.695
- Cisão (*)	(315.465)	-	-	(315.465)
- Investimentos(**)	-	-	142.647	142.647
- Deságio na aquisição de investimentos(**)	-	-	(142.647)	(142.647)
- Amortização de deságio Cartão BRB (**)	-	-	8.321	8.321
- Reorganização Societária	-	-	(1.673)	(1.673)
. Saldos em 31/12/2009	30.915	38.238	60.301	129.454
- Equivalência patrimonial	(8.356)	3.549	(13.100)	(17.907)
- Dividendos recebidos	-	(861)	(13.753)	(14.614)
- Ajuste ao valor de mercado TVM	(17)	(1.643)	-	(1.658)
- Ajuste de exercícios anteriores	-	-	(6.105)	(6.105)
- Amortização de deságio Cartão BRB (*)	-	-	14.265	14.265
. Saldos em 31/12/2010	22.542	39.285	41.608	103.435

(*) Cisão foi aprovada pelas Atas da Diretoria Colegiada do BRB - Banco de Brasília S.A. e CFI - Crédito Financiamento e Investimento em 29/12/2008 e Assembleia Geral de Acionistas de n.º 500 de 30/01/2009 (nota 24).

(**) O valor de R\$ 142.647 refere-se ao aumento do capital social da Cartão BRB, mediante a emissão de 2.298.756 novas ações ordinárias, sem valor nominal, subscritas em sua totalidade pelo BRB, por meio de contrato de compra e venda celebrado entre o BRB e a Cartão BRB do direito de exploração exclusiva, do balcão do BRB para venda de cartões de crédito, pelo prazo de 10 anos, sendo este valor apurado por laudo de avaliação elaborado por empresa independente.

O referido aumento de capital foi aprovado pelo Conselho de Administração do Banco em 26/03/2009, bem como pela Assembleia Extraordinária dos Acionistas da Cartão BRB, em 27 de maio de 2009, e proporcionou o aumento da participação do Banco na Cartão BRB para 69,74%. O aumento de participação realizado gerou o registro do mesmo valor de R\$ 142.647 em rubrica específica de "deságio na aquisição de investimento", e o BRB vem reconhecendo, mensalmente, amortização do deságio equivalente a 1/120 ao mês, pelo mesmo período contratual correspondente.

Nota 13 Imobilizado em uso

BRB-Múltiplo	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2009	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2010
Móveis e equipamentos em estoque	10%	42	35	-	(61)	16
Terrenos	0%	14.976	-	-	-	14.976
Edificações	4%	40.045	-	-	-	40.045
Instalações	10%	3.802	287	-	-	4.089
Móveis e equipamentos de uso	10%	16.132	1.596	(156)	61	17.633
Sistema de comunicação	10%	1.985	651	-	-	2.636
Sistema de processamento de dados	20%	20.196	3.766	-	-	23.962
Sistema de segurança	10%	2.454	83	-	-	2.537
Sistema de transporte	10%	1.026	500	-	-	1.526
Subtotal	-	100.658	6.918	(156)	-	107.420
Depreciação acumulada	-	(61.603)	(6.095)	156	-	(67.542)
Total	-	39.055	823	-	-	39.878

Notas Explicativas

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

Nota 14 Intangível

BRB-Múltiplo	Taxa de amortização	Saldo em 31/12/2009	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2010
Software vida útil definida (*)	-	23.422	5.890	-	-	29.312
Software vida útil indefinida	0%	5.008	298	-	-	5.306
Subtotal	-	28.430	6.188	-	-	34.618
Amortização acumulada	-	(5.814)	(9.537)	-	-	(15.351)
Total	-	22.616	(3.349)	-	-	19.267

(*) Para o cálculo da amortização dos softwares de vida útil definida é utilizado o prazo contratual ou a taxa de 20% ao ano.

Nota 15 Diferido

BRB-Múltiplo	Taxa de amortização	Saldo em 31/12/2009	Adições	Baixas	Transferências	Saldo 31/12/2010
Gastos de organização e expansão	20%	19.140	-	(3.514)	-	15.626
Amortização acumulada	-	(12.471)	(3.560)	3.514	-	(12.517)
Total	-	6.669	(3.560)	-	-	3.109

Nota 16 Depósitos

a) Resumo

	BRB-Múltiplo	
	31/12/2010	31/12/2009
Depósitos a vista	<u>763.267</u>	<u>832.177</u>
Pessoas físicas	182.780	166.622
Pessoas Jurídicas	425.079	470.412
Vinculadas	48.105	45.622
Governos	867	2.152
Depósitos a vista de ligadas	94.811	140.368
Depósitos instituições sistema financeiro	11.625	7.001
Depósitos Poupança	<u>1.014.711</u>	<u>989.793</u>
Pessoas Físicas	967.980	930.062
Pessoas Jurídicas	40.307	50.636
Empresas ligadas	6.407	9.095
PJ Instituição Financeira	17	-
Depósitos Interfinanceiros	<u>79.708</u>	<u>105.879</u>
Depósitos a Prazo	<u>3.857.633</u>	<u>3.049.580</u>
Pessoas Físicas	1.011.885	660.795
Pessoas Jurídicas	940.354	863.568
Empresas ligadas	1.447.312	1.243.753
Depósito Judicial com remuneração	458.082	281.464
Depósitos em consignação (Depósito a prazo)	<u>2.990</u>	<u>2.947</u>
Depósitos pagamentos por consignação - extrajudicial	2.990	2.947
Depósitos em Moeda Estrangeira	=	<u>1.011</u>

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

	BRB-Múltiplo	
	31/12/2010	31/12/2009
Depósitos em moedas estrangeiras no país	-	1.011
Depósitos para investimento	-	9.713
Pessoas físicas	-	1.903
Pessoas jurídicas	-	7.115
Empresas Ligadas	-	695
Total	5.718.309	4.991.100
Passivo Circulante	4.422.158	4.126.821
Passivo Não Circulante	1.296.151	864.279

b) Segregação por vencimento

BRB-Múltiplo	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total 31/12/2010	Total 31/12/2009
Depósitos a Vista	763.267	-	-	-	-	-	763.267	832.177
Depósitos Poupança	1.014.711	-	-	-	-	-	1.014.711	989.793
Depósitos Interfinanceiros	-	14.166	65.542	-	-	-	79.708	105.879
Depósitos a Prazo	458.082	1.581.441	521.959	777.022	347.553	171.576	3.857.633	3.049.580
Depósitos em consignação	2.990	-	-	-	-	-	2.990	2.947
Depósitos em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	1.011
Depósitos para investimentos	-	-	-	-	-	-	-	9.713
Total	2.239.050	1.595.607	587.501	777.022	347.553	171.576	5.718.309	4.991.100

No ano de 2010, a carteira de depósitos a prazo do Banco apresentou um crescimento de 18,62%, alcançando o volume de 3,857 bilhões, impulsionado pelas aplicações da rede varejista, pessoas físicas e jurídicas. Esse resultado proporcionou incremento na Liquidez do Banco e maior disponibilidade de recursos para as linhas de crédito, favorecendo o desenvolvimento da região e aumentando a competitividade do Banco no mercado financeiro.

Nota 17 Captação no Mercado Aberto

	BRB-Múltiplo			
	31/12/2010		31/12/2009	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Carteira de terceiros	345.725	-	295.883	-
Recompras a liquidar	345.725	-	295.883	-
Notas do tesouro nacional	-	-	295.883	-
Letras Financeiras do Tesouro	345.725	-	-	-
Total	345.725	-	295.883	-

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

Nota 18 Recursos letras hipotecárias imobiliárias, créditos e similares

	BRB-Múltiplo			
	31/12/2010		31/12/2009	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos de Letras Hipotecarias	9.709	734	3.340	9.591
Total	9.709	734	3.340	9.591

Os recursos de aceites e títulos são representados por letras hipotecárias emitidas no País, sobre as quais incidem encargos financeiros correspondentes à taxa de referência (TR) mais juros com vencimento até 2014.

Nota 19 Relações interfinanceiras

BRB-Múltiplo	31/12/2010		31/12/2009	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pagamentos e recebimento a liquidar	9	-	34	-
Total	9	-	34	-

Tratam-se de pagamentos e recebimentos a liquidar, basicamente por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação, que são liquidados no mês subsequente.

Nota 20 Obrigações por repasses do país - instituições oficiais

BRB-Múltiplo	31/12/2010		31/12/2009	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Tesouro Nacional	20	218	22	248
CEF	654	1.737	643	2.321
BNDES	9.724	11.111	1.077	7.902
FINAME	7.793	11.014	772	5.360
FCO - Banco do Brasil	461	2.050	293	927
Total	18.652	26.130	2.807	16.758

Referem-se a recursos captados para empréstimos e financiamentos e estão registrados pelo valor do principal, acrescido de juros e correção monetária, de acordo com a característica de cada origem do recurso. Substancialmente, as captações estão assim demonstradas:

Origem dos Recursos	Taxas/ remuneração	Finalidade/Programas	Vencimento final	31/12/2010	31/12/2009
TESOURO NACIONAL	3% a.a.	POLOBRASÍLIA e PROFIR/OECF	Outubro de 2025	238	270
CEF	5% a.a. até 6,5% a.a. + UPR	FINANSA e TREINAT	Outubro de 2018	2.391	2.964
BNDES	0,9% a.a. até 4,5% a.a. + TJLP	POC/automático, POC/FINEM, comércio e serviços e rural	Outubro de 2012	20.836	8.979
FINAME	0,9% a.a. até 4,0% a.a. + TJLP	Programas automático, especial e agrícola	Março de 2015	18.807	6.132
FCO - Banco do Brasil	3,75% a.a. até 7% a.a.	Desenvolvimento Industrial, Desenvolvimento Turismo Reg., Desenvolvimento Set. Com., Serv. e Rural e Infra-estrutura Econômica	Outubro de 2014	2.511	1.220
Total				44.783	19.565

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

Nota 21 Outras obrigações

a) Resumo

	BRB-Múltiplo				
	31/12/2010		31/12/2009		
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Ref.
Cobrança arrecadação tributos	6.163	-	4.307	-	
Sociais e estatutárias	20.239	-	27.678	-	
Fiscais e previdenciárias	98.682	252.470	53.210	148.992	(b)
Fundos financeiros e de desenvolvimento	42	-	42	-	
Carteira de câmbio	-	-	6.275	-	
Diversas	147.991	87.498	142.672	54.728	(c)
Total	273.117	339.968	234.184	203.720	

b) Fiscais e previdenciárias

	BRB-Múltiplo	
	31/12/2010	31/12/2009
Impostos e contribuições sobre salários	11.307	9.687
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	1.425	1.336
Provisão para impostos e contribuições s/ lucros	79.176	36.841
Provisão para riscos fiscais sobre lucros (*) (nota 25)	190.908	136.907
Provisão para riscos fiscais sobre salários – INSS SAT (nota 25)	24.000	8.974
Provisão para riscos fiscais sobre salários – INSS PLR	17.000	-
Provisão para riscos fiscais sobre salário educação (nota 25)	1.908	1.851
Provisão para riscos fiscais PIS/COFINS (nota 25)	16.986	-
Provisão para impostos e contribuições diferidos	1.669	-
Outros	6.773	6.606
Total	351.152	202.202

(*) Refere-se majoritariamente a ação judicial da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que está sendo discutido judicialmente e encontra-se totalmente provisionado (nota 25c).

c) Diversas

	BRB-Múltiplo	
	31/12/2010	31/12/2009
Cheques administrativos	8.593	4.792
Credores Diversos – País (*)	46.661	44.857
Credores por recursos a liberar	3.649	1.577
Obrigações para aquisição de bens e direitos	5.397	19.386
Obrigações por convênios oficiais	5.306	7.662
Provisão para pagamento – despesas de pessoal	43.431	40.363
Provisão para pagamento – despesas administrativas	16.765	16.705
Provisão para pagamentos a efetuar	3.425	7
Provisão para passivos contingentes (nota 25)	94.039	58.702

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

	BRB-Múltiplo	
	31/12/2010	31/12/2009
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	4.436	3.292
Valores a Pagar de Ligadas	3.698	
Outros	89	57
Total	235.489	197.400
(*) Credores diversos – país:		
Pagamentos a processar	19.254	13.698
Pendências de depósitos	6.910	2.216
MTR – Maestro/Cirrus	5.992	4.755
Fornecedores CPG	2.971	3.326
Pendências a regularizar	1.501	2.451
Clientes institucionais	-	1.144
Transações Visa Electron	2.112	2.433
Integração CDA x FLX	-	14.573
Obrigações com bandeiras e associados do Cartão BRB (**)	-	-
Créditos em garantia (Cartão BRB)	-	-
Programa de bonificação	-	-
Private label	-	-
Provisões para ações judiciais	-	-
Outros	7.921	261
Total	46.661	44.857

(**) Refere-se a obrigações com a Visa e Mastercard.

d) Resumo – Receitas de prestação de serviços

	BRB-Múltiplo		
	31/12/2010	31/12/2009	Ref.
Receita de prestação de serviços	22.732	13.558	(e)
Rendas de tarifas bancárias	98.929	104.188	(f)
Total	121.661	117.746	

e) Receitas de prestação de serviços

	BRB-Múltiplo	
	31/12/2010	31/12/2009
Comissão Intercâmbio Visa/Master - Cartão BRB	8.603	7.611
Corretagem BRB SEGUROS	10.659	4.998
Rendas – anuidades BRB – Cartão	-	-
Remuneração de garantia Visa/Master - Cartão BRB(*)	-	-
Rendas de serviços private label	-	-
Taxa de manutenção Visa	-	-
Rendas de serviços de custódia	-	-
Multa Contratual	-	-
Encargos sobre compras parceladas	-	-
Encargos sobre acordos (Cartão BRB)	-	-

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

	BRB-Múltiplo	
	31/12/2010	31/12/2009
Renda de administração de fundos	-	-
Rendas comissões colocação de títulos	2.490	-
Outras	980	949
Total	22.732	13.558

(*) Trata-se de receita originária de juros de crédito rotativo das faturas de cartões de crédito.

f) Rendas de tarifas bancárias

	BRB-Múltiplo	
	31/12/2010	31/12/2009
Arrecadação	11.095	10.034
BRB - Capitalização	299	2.344
CCF - Exclusão	2.667	2.840
Cheque devolvido	1.042	1.054
Comissões/BRB-CAP 50%parcela resgatada	-	1.882
Concessão de adiantamentos a depositantes	22.090	21.781
Contratação/renovação aditivo operações ativas	1.024	1.501
Fornecimento de extratos	2.640	2.382
Fornecimento de folhas de cheques	2.011	2.446
KIT - serviços	15.241	10.419
Outras contrat. Renovações/liquidações	17	70
Rendas de cobrança	8.581	7.677
Renovação de cadastro		3.220
Saque conta de depósito à vista e poupança	6.371	6.134
TAC - PJ	2.537	1.921
Tarifa de coleta de documentos para empréstimos	471	722
Tarifa manutenção de conta - PJ	2.099	2.336
Tarifa pgto programa sociais sistema BFE	1.170	-
Tarifas CDA	8.758	9.007
Tarifas interbancárias	-	6.168
Tarifas sobre acatamento cheques sem fundos	906	917
Transferências de recursos	4.810	4.620
Outras	5.100	4.713
Total	98.929	104.188

g) Despesas de pessoal

	BRB-Múltiplo	
	31/12/2010	31/12/2009
Despesas de pessoal - benefícios	35.273	30.321
Despesas de pessoal - encargos sociais	92.324	75.538
Despesas de pessoal - proventos	192.304	174.051
Despesas de pessoal - treinamento	1.342	1.714
Despesas de honorários	3.183	2.717

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

	BRB-Múltiplo	
	31/12/2010	31/12/2009
Despesas com remuneração de estagiários	4.523	4.382
Total	328.949	288.723

h) Outras despesas administrativas

	BRB-Múltiplo	
	31/12/2010	31/12/2009
Despesas água, energia e gás	5.167	4.788
Despesas de aluguéis	5.149	4.215
Despesas de comunicações	4.495	4.416
Despesas manutenção e conservação de bens	8.353	5.806
Despesas de processamento de dados	86.361	95.683
Despesas propaganda e publicidade	15.501	14.634
Despesas serviços do sistema financeiro	9.038	8.303
Despesas de serviços de terceiros	48.541	47.381
Despesas de serviços de vigilância e segurança	9.884	9.603
Despesas de serviços técnicos especializados	5.904	2.408
Despesas de transportes	9.359	4.974
Despesas de amortização e depreciação	19.192	15.170
Juros sobre financiamento Título	-	-
Ressarcimentos de despesas Cartão-BRB	8.328	-
Uso da Marca BRB	-	-
Outras despesas administrativas	11.796	10.089
Total	247.068	227.470

i) Outras receitas operacionais

	BRB-Múltiplo	
	31/12/2010	31/12/2009
Recuperação de encargos e despesas (*)	26.346	23.357
Reversão de provisões operacionais	7.015	13.735
Atualização sobre depósito judicial	14.157	7.749
Amortização de deságio da Cartão BRB(**)	14.265	8.321
Ganhos de capital (Cartão-BRB) (**)	-	-
Reversão de provisões operacionais - FCVS	362	1.075
Ressarcimento despesas administrativas	4.143	-
Outros Litígios	1.499	-
Atualização de tributos	519	537
Outras	13.169	7.072
Total	81.475	61.846

(*) No BRB-Múltiplo, refere-se preponderantemente a recuperação de despesas administrativas das controladas, conforme convênio firmado entre as partes.

(**) Refere-se a alienação do investimento – venda das ações Visanet.

(***) Vide nota 12b.

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

j) Outras despesas operacionais

	BRB-Múltiplo	
	31/12/2010	31/12/2009
Litígios trabalhistas	8.251	10.556
Atualização monetária	13.459	4.249
Passivos contingentes	-	6.584
Despesas convênio c/ TJDFT	6.361	3.127
Outros litígios	8.429	3.735
Tarifas ressarcidas	1.262	1.080
Despesas com descontos concedidos em renegociações	-	1.935
Indenizações por danos morais	-	824
Contrato Regius Fevereiro a Dezembro/1997	29.400	-
Perdas com FCVS – diferença de taxas	7.833	3.986
Despesas com cartão de débito	-	1.103
Ressarcimento custos operações de cobrança	3.725	1.511
Variação cambial	-	-
Prejuízos perdas – Lei n.º 9.430 (Cartão BRB)	-	-
Processamento de cartões (Cartão BRB)	-	-
Bonificação paga (Cartão BRB)	-	-
Despesas com cobrança (Cartão BRB)	-	-
PIS- Riscos Fiscais	16.986	-
Cobrança	-	-
Prejuízos com fraudes (Cartão BRB)	-	-
Taxa de serviços Mastercard (Cartão BRB)	-	-
INSS - SAT	14.511	-
Correios/faturas (Cartão BRB)	-	-
INSS - PLR	17.000	-
Central de relacionamento Private Label	-	-
Serviços de courier (Cartão BRB)	-	-
Outras despesas	8.316	2.702
Total	135.533	41.392

k) Resultado não operacional

	BRB-Múltiplo	
	31/12/2010	31/12/2009
Lucro na alienação de valores e bens	396	1.723
Alienação de bens	(16)	(75)
Ganhos/perdas de capital	(12.269)	(2.721)
Reversão/desvalorização de outros valores e bens	92	205
Rendas de aluguéis	109	329
Outras	581	488
Total	(11.107)	(51)

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

Nota 22 Patrimônio líquido

- a) Capital Social: O Capital Social está representado por 36.304.650 ações nominativas, sem valor nominal, distribuídas entre 28.014.650 ações ordinárias com direito a voto e 8.290.000 de ações preferenciais sem direito a voto. As ações preferenciais tem direito a pelo menos 10% a mais de dividendos em relação as ações ordinárias. O Capital Social, conforme Assembléia Geral Ordinária/Extraordinária de
- b) Reserva legal: Constituída reserva legal de 5% sobre o lucro líquido.
- c) Aumento do Capital Social do BRB – Banco de Brasília S.A. de R\$ 300.000 para R\$ 500.000 conforme Assembléia Geral Extraordinária, PARECER DICON/DECON – 2010/011 de 19 de julho de 2010, aprovado pelo BACEN em 10 de janeiro de 2011.
- d) Reserva Estatutária: Conforme disposto no Estatuto, foi constituída reserva para cobertura de risco em operações de câmbio de 2% sobre o lucro líquido.
- e) Ajuste ao valor de mercado: Está representado pelos ajustes decorrentes dos efeitos da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários conforme requerido pela Circular n.º 3.068/01 do BACEN.
- f) Dividendos/juros sobre capital próprio: O Estatuto Social confere o direito a dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme demonstrado a seguir:

	2º semestre	31/12/2010	31/12/2009
Lucro líquido	94.913	196.041	190.455
Reserva legal	(4.746)	(9.802)	(9.523)
Reserva de câmbio	(1.898)	(3.921)	(3.809)
Ajustes de lucros ou prejuízos acumulados	(8.002)	(7.995)	17
Base de cálculo de dividendo	<u>80.267</u>	<u>174.323</u>	<u>177.140</u>
Dividendo mínimo (25%)	20.067	43.581	44.285
Dividendos a distribuir	2.916	9.232	18.097
Juros sobre capital próprio provisionado	17.284	34.568	26.340
Imposto de renda retido na fonte	(75)	(151)	(118)
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio Líquido	20.125	43.649	44.319

O valor dos dividendos/juros sobre capital próprio do exercício de 2010 corresponde a R\$ 5.255,40 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 5.780,94 bruto por lote de mil ações preferenciais.

O valor dos juros sobre o capital próprio do do exercício de 2010 foi de R\$ 34.568, calculado com base na Lei n.º 9.249/95, proporcionou uma redução na despesa do Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), de aproximadamente R\$ 13.827 e encontra-se registrado na rubrica "Sociais e Estatutárias".

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

g) Acordo de Basiléia/Índice de imobilização

	31/12/2010	31/12/2009
Patrimônio de referência	720.264	575.878
Índice de Basiléia (*)	16,38%	15,85%
Margem	218.729	161.359
Índice de imobilização	14,56%	22,13%
Índice da margem de imobilização	70,88%	55,74%
Margem de imobilização	255.269	160.484

(*) O cálculo da margem considera o valor da parcela *Pbanking*, no montante de R\$ 17.732.

O Banco optou pela apuração consolidada considerando o conglomerado financeiro, sendo o Índice de Solvabilidade de Basiléia apresentado superior ao mínimo de 11% exigido pela autoridade monetária.

Patrimônio de Referência Exigido (PRE)

	31/12/2010	31/12/2009
Parcela de Risco de Crédito	408.534	345.647
Parcela de Risco de Mercado – Juros	12.247	8.644
Parcela de Risco de Mercado – Ações	1.455	3.425
Parcela de Risco Operacional	61.566	41.975
Total do Patrimônio de Referência Exigido – PRE	483.802	399.691

Nota 23 Informações complementares

a) Gestão de Riscos

Com as constantes mudanças no cenário financeiro mundial – mercado globalizado, diversidade de produtos e serviços financeiros cada vez mais complexos, número crescente de transações e grandes montantes de recursos envolvidos, o aumento da sofisticação tecnológica, negócios virtuais – a tarefa de identificar, medir, controlar e administrar os riscos tornou-se fundamental para a sobrevivência das instituições financeiras. Visando o fortalecimento do sistema financeiro e a saúde financeira dos bancos, os órgãos reguladores estão implementando regulamentações, em consonância com o Novo Acordo de Capitais - Basiléia II.

b) Estrutura de Gerenciamento

A estrutura organizacional para o gerenciamento do risco institucional do Conglomerado BRB é descrita abaixo:

- Conselho de Administração: Responsável pelas informações divulgadas sobre a gestão do risco institucional;
- Diretoria Colegiada - DICOL: analisa, julga e aprova os limites operacionais do Conglomerado;
- Comitê de Gerenciamento do Risco de Mercado e Liquidez: coordenado pela Diretoria Financeira - DIRFI, com a participação da área de riscos, financeira e DTVM, estabelece e acompanha os limites de Risco de Mercado e liquidez e observa a alocação de capital; propõe ações estratégicas e estabelece diretrizes para a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado; discute, propõe estratégias de negócios e fixa limites para alocação de recursos nas Carteiras de Tesouraria do

Notas Explicativas

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(em milhares de Reais)

BRB – Banco Múltiplo; discute e propõe cenários de teste de estresse e define regras para o plano de contingência de liquidez.

- Comitê de Gerenciamento do Risco de Crédito: são realizadas reuniões regulares coordenadas pela Diretoria de Crédito e Governo - DICRE, com a participação da área de Riscos e de Créditos, cujas responsabilidades são: acompanhar a evolução do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), especialmente as Exposições Ponderadas por Fator de Risco (EPR), propondo medidas corretivas, se for o caso; propor à Diretoria Colegiada – DICOL ações estratégicas para a redução e mitigação do Risco de Crédito; estabelecer diretrizes para a política de gerenciamento de Risco de Crédito, discutir a evolução do estoque de crédito, a concentração, a inadimplência e provisão nas carteiras do Conglomerado, propor cenários para a realização de testes de estresse e analisar os indícios de deterioração da qualidade do crédito. do Conglomerado BRB;
- Comitê de Gerenciamento do Risco Operacional: são realizadas reuniões regulares coordenadas pela Diretoria de Administração - DIRAD, com a participação da área de risco, tecnologia e segurança da informação. Tem por objetivo acompanhar as informações gerenciais da base de perdas e indicadores chave de risco e os mapeamentos de risco realizados, propondo ações de mitigação para os riscos operacionais apontados por esses instrumentos de gestão.
- Comitê de Gerenciamento do Risco Legal: são realizadas reuniões regulares coordenadas pela Diretoria de Controle – DICON, com a participação da Diretoria de Administração - DIRAD e da área jurídica do BRB. Suas principais atividades são analisar os fatos geradores de ações trabalhistas, cíveis e fiscais, analisar perdas e provisões e determinar ações estratégicas para a mitigação do risco legal do Conglomerado BRB;
- Diretoria de Controle – DICON: responsável pelo gerenciamento do risco institucional do Conglomerado BRB, através de seu Departamento de Controle do Risco Institucional – DERIS;
- Gerência de Controle do Risco de Mercado e Liquidez - GERIM: vinculada ao Departamento de Controle de Risco Institucional - DERIS e à Diretoria de Controle - DICON é responsável pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e controle do Risco de Mercado associado à Instituição, bem como o reporte tempestivo das informações pertinentes, de acordo com as premissas definidas pelo Comitê e aprovadas pela Diretoria Colegiada- DICOL;
- Gerência de Controle do Risco de Crédito – GERIC: vinculada ao Departamento de Controle de Risco Institucional - DERIS e à Diretoria de Controle – DICON, é responsável pelo gerenciamento do Risco de Crédito do Conglomerado BRB tanto para alocação de capital, quanto para o desenvolvimento de modelos internos para gestão desse risco e pela consolidação dos dados referentes aos limites operacionais e padrões mínimos de capital;
- Gerência de Controle do Risco Operacional – GERIS: vinculada ao Departamento de Controle do Risco Institucional - DERIS e à Diretoria de Controle - DICON, possui a responsabilidade de consolidar as informações sobre o gerenciamento do Risco Operacional do Conglomerado BRB, definir os instrumentos de gestão do Risco Operacional, prestar suporte aos gestores na identificação e mitigação de riscos, suprir o Comitê de Gerenciamento do Riscos Operacional com informações relevantes, e executar demais atividades específicas, em âmbito Institucional, para gestão do Risco Operacional. O DERIS é a unidade responsável pelo gerenciamento do Risco Operacional do Conglomerado BRB e empresas controladas.

(*) A descrição das estruturas de gerenciamento dos riscos está evidenciada na página do BRB. www.brb.com.br/para_você/relacionamento_com_investidores/gestão_de_risco.

Notas Explicativas

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(em milhares de Reais)

c) Risco Operacional

Definição: é o risco relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O processo para o gerenciamento do Risco Operacional do BRB prevê uma abordagem qualitativa, identificando e analisando riscos, objetivando a redução das perdas operacionais e a melhoria operacional e uma abordagem quantitativa, visando mensurar os riscos operacionais para efeito de gestão e alocação de capital. Considerando a abordagem quantitativa, o Banco de Brasília consolida as perdas do Conglomerado em uma base de dados interna, classificada conforme a taxonomia adotada para os eventos de riscos/perdas e suas respectivas causas. Essa base de dados permite o monitoramento das perdas incorridas, possibilitando a utilização efetiva das informações para gestão. A descrição da estrutura de gerenciamento do Risco Operacional está disponibilizada ao acesso público na página do BRB (www.brb.com.br/para_você/relacionamento_com_investidores/gestão_de_risco/Risco_Operacional), em atendimento ao § 2º do Art. 4º da Resolução CMN 3.380 de 29 de junho/2006.

d) Risco de Mercado

Definição: De acordo com a Resolução CMN n.º 3.464/2007, define-se como Risco de Mercado “a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira”. Essa definição inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

Gerenciar o Risco de Mercado consiste em identificar, mensurar, avaliar, monitorar e controlar as exposições das operações sujeitas às variáveis de mercado, reportando as informações, de forma transparente, à alta administração, acionistas, clientes e ao público em geral. A estrutura de gerenciamento do Risco de Mercado do BRB é compatível com a exposição ao risco das suas operações, segregada das unidades de negociação e de auditoria interna.

O Conglomerado BRB, por meio de sistema informatizado, mensura, monitora e controla o seu Risco de Mercado, tanto para as operações incluídas na Carteira *Trading*, como na Carteira *Banking*, bem como realiza simulações de condições extremas de mercado, gerando relatórios tempestivos. Os testes de estresse são realizados periodicamente, considerando “cenários de crise” definidos por área especializada, com a finalidade de se verificar o impacto financeiro na atividade comercial do Banco e avaliar a adequação do seu capital regulamentar, face ao cálculo do Índice de Basiléia.

e) Risco de Crédito

Definição: De acordo com a Resolução CMN 3.721/09, “define-se o Risco de Crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação”.

Gerenciar Risco de Crédito consiste na identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos associados às exposições sujeitas a esse risco, reportando as informações à Alta Administração. A estrutura de gerenciamento do Risco de Crédito, de acordo com a regulamentação em vigor, compõe-se de unidade específica segregada das unidades de negociação e de auditoria interna. Essa unidade,

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

utilizando-se de sistema informatizado, apura mensalmente a exigência de capital para Risco de Crédito, de acordo com metodologia padronizada estabelecida pela Circular Bacen 3.360/07 e alterações. O gerenciamento do Risco de Crédito é feito através da elaboração e divulgação de relatórios gerenciais, que são submetidos mensalmente para análise e deliberações ao Comitê de Gerenciamento de Risco de Crédito, órgão vinculado à Diretoria Colegiada – DICOL. Nesses relatórios são apresentadas as apreciações das carteiras de crédito do Banco quanto à inadimplência, provisão, migração de créditos, evolução/concentração do crédito; os níveis do Patrimônio de Referência – PR, a alocação de capital regulamentar, o índice de Basileia da Instituição, entre outros, cujas discussões no âmbito do Comitê são submetidas à DICOL para tomada de decisão.

Nota 24 Transações com partes relacionadas

- a) As transações com partes relacionadas são efetuadas pelas taxas e pelos prazos normais de mercado, tomando como parâmetro aquelas praticadas com terceiros e estão sumariadas a seguir:

Operações com a Financeira BRB:	31/12/2010	31/12/2009
Ativo	193.291	151.704
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	192.608	151.704
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	683	-
Passivo	90	202
Depósitos a Vista	90	202
Receitas	19.474	14.918
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	14.522	11.926
Ressarcimento de Despesas Administrativas	4.952	2.992
Despesas	14.522	2
Despesas de Depósitos Interfinanceiros	14.522	2
Operações com a BRB – DTVM:	31/12/2010	31/12/2009
Ativo	1.457	121
Valores a Receber	907	121
Dividendos e Bonificações	550	-
Passivo	14.284	9.215
Depósitos a Vista	118	170
Depósitos Interfinanceiros de Liquidez	14.166	9.045
Receitas	8.542	6.492
Outras Rendas Operacionais	8.542	6.492
Despesas	520	604
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	520	604
Operações com Cartão – BRB:	31/12/2010	31/12/2009
Ativo	8.169	3.812
Outros créditos	3.544	683
Outros Valores a Receber de Ligadas	4.625	3.129
Passivo	23.410	53.977
Depósitos a Vista	10.738	85
Depósitos a Prazo	12.672	53.571
Outras Obrigações	-	321

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

Operações com Cartão – BRB:	31/12/2010	31/12/2009
Receitas	14.265	-
Amortização de deságio Cartão BRB	14.265	-
Despesas	5.020	5.023
Despesa Depósitos a Prazo	5.020	5.023

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembléia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores do BRB - Banco de Brasília S/A.

O orçamento para remuneração dos administradores no exercício de 2011 é de R\$ 8.385 mais encargos.

c) Outras Informações:

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem do seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

Nota 25 Provisões, passivos e contingências passivas

O BRB e suas Controladas são partes em processos trabalhistas, cíveis, fiscais e previdenciários, que são provisionados considerando a opinião dos consultores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, o andamento processual, a jurisprudência e o posicionamento dos tribunais e demais regras estabelecidas na Resolução CMN n.º 3.823/09, conforme resumimos a seguir:

- A provisão é reconhecida somente quando: a) é provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa; b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e, c) o

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não é reconhecida.

- ii) O BRB contabiliza e divulga o valor das provisões para contingências classificadas como prováveis, dispensando aprovisionamento para as contingências classificadas como possíveis e remotas, nos termos da referida Resolução.

O BRB finalizou, em 2010, processo de revisão detalhada e reformulação de determinados procedimentos internos relacionados à identificação, à avaliação e ao monitoramento dos processos jurídicos e administrativos, bem com dos sistemas informatizados pertinentes.

O Comitê de Gerenciamento do Risco Legal foi instituído pela Diretoria Colegiada para revisão da probabilidade de perda e de valores em risco das causas administrativas e judiciais, com o objetivo de aprimorar e tornar mais eficiente o ambiente de controle desses assuntos e para aderência plena aos normativos legais.

Em decorrência da edição da Resolução n.º 3.823/09 do CMN, que adotou o Pronunciamento Técnico n.º 25 do CPC, e da implementação das novas práticas contábeis internacionais, a Diretoria Colegiada aprovou, no primeiro semestre de 2010, uma nova Política de Reconhecimento, Mensuração e Divulgação de Provisões Legais, Ativos e Passivos Contingentes.

O BRB está aderente à nova legislação em vigor e está implementando novas rotinas associadas à Política, tais como: análise da probabilidade de perda no início dos processos; possibilidade de análise das contingências em bloco, de determinadas causas que versem sobre causas de pedir semelhantes ou idênticas; estimativa do real valor em risco com base em critérios objetivos e subjetivos; fixação de responsabilidades; regras de tratamento para ativos contingentes; e, diretrizes para a divulgação das informações.

A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos contenciosos:

a) Contingências classificadas como "Risco Provável"

As contingências classificadas como risco de perda provável tiveram seus valores estimados com suficiente segurança e estão apresentadas por natureza no quadro a seguir, com as suas respectivas movimentações no exercício.

BRB-Múltiplo						
Natureza:	31/12/2009	Constituição	Utilização	Reversão	Atualização	31/12/2010
Trabalhistas	46.695	8.251	(6.028)	(7.015)	5.242	47.145
Cíveis	12.007	38.669	(3.922)	(1.431)	1.571	46.894
Subtotal	58.702	46.920	(9.950)	(8.446)	6.813	94.039
Fiscais - CSLL	136.907	32.247	-	-	21.754	190.908
INSS - SAT (*)	8.974	14.510	-	(63)	579	24.000
INSS - PLR	-	17.000	-	-	-	17.000
Salário Educação (**)	1.851	-	-	-	57	1.908
PIS e COFINS	-	16.985	-	-	-	16.985
Total	206.434	127.662	(9.950)	(8.509)	29.203	344.840

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

(*) Refere-se a recolhimento a menor da contribuição incidente sobre as remunerações pagas no mês, cuja finalidade é o financiamento do SAT – Seguro Acidente de Trabalho do período de janeiro de 1992 a dezembro de 1997, cujos valores o Banco decidiu pelo provisionamento, corrigidos pelo INPC. Considerando-se que quase todo o período exigido pelo Fisco foi abrangido pela prescrição quinquenal, o Banco aguarda tão somente o ajuste nos sistemas informatizados da Receita para realizar os ajustes internos, seja para fins de baixa ou ajuste de valor.

(**) O débito refere-se a multas aplicadas pelo FNDE em decorrência de atrasos nos recolhimentos referentes ao Salário-Educação. Ocorre que o Banco recolheu oportuna e corretamente a contribuição, utilizando-se do benefício da denúncia espontânea. Como o recurso administrativo interposto pelo BRB não prosperou, foi ajuizada a ação Anulatória de Débito Fiscal, distribuída para a 22ª Vara Federal de Brasília, sob n.º 2003.34.00.043653-3, por meio da qual busca obter a declaração de total insubsistência da exigência fiscal, com a consequente desconstituição do lançamento. Vale salientar que, apesar de a probabilidade de perda ser PROVÁVEL, foi realizada provisão em 31.08.2007, no importe de R\$ 1.690.

Trabalhistas – as contingências referem-se basicamente a ações com pleitos relativos a horas-extras, especialmente 7ª e 8ª horas, incorporações de funções/atividades gratificadas e indenizações decorrentes de acidentes do trabalho;

Cíveis – as contingências referem-se basicamente a ações relativas a indenizações por danos morais e materiais, decorrentes de roubos de cofres de aluguel e inscrição em órgãos de proteção ao crédito, além de diferenças de correção de planos econômicos sobre cadernetas de poupança;

Fiscais – as contingências referem-se basicamente à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.(nota 25c).

b) Contingências de risco possível:

Existem 210 (59 em 31/12/2009) processos de natureza cível no montante de R\$ 89.811 (R\$ 7.401 em 31/12/2009) promovidos contra o Banco cuja probabilidade de perda está definida como “possível” e 32 (26 em 31/12/2009) processos de natureza trabalhista com probabilidade de perda definida como “possível” no montante de R\$ 6.245 (R\$ 1.477 em 31/12/2009). Existem, ainda, 4 processos de natureza fiscal no montante de R\$ 39.280 com probabilidade de perda possível. Para essas ações não foram constituídas provisões, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Natureza	31/12/2010		31/12/2009	
	Quant. de processos	Valor	Quant. de processos	Valor
Cível	210	89.811	59	7.401
Trabalhista	32	6.245	29	1.477
Fiscal	04	39.280	-	-

c) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

Banco Múltiplo

O Banco está contestando, administrativa e judicialmente, autos de infrações lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por conta do não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, instituída pela Lei n.º 7.689/1988, respaldado em ação judicial que transitou em julgado em 18/02/1992, desobrigando-o do recolhimento da referida contribuição. O entendimento, até então, defendido pelos consultores jurídicos internos e externos do Banco, relativamente aos efeitos da coisa

Notas Explicativas

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(em milhares de Reais)

Julgada, foi ratificado pelo Superior Tribunal de Justiça, no REsp 731250 - PE. Nessa esteira, as teses esposadas na ação Anulatória ajuizada pelo BRB, sob n.º 2006.34.00.001140-3, em trâmite na 6ª Vara Federal de Brasília, visa anular as exações da Receita. Importante registrar que, no bojo do Agravo de Instrumento 2005.01.00.072657-1, o Desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região proferiu decisão concedendo a liminar pleiteada pelo BRB para suspender a exigibilidade dos débitos, em 15/12/2005, mediante caução de títulos, reconhecendo os seguintes fundamentos e alegações sustentados pelo Banco: a) afronta ao princípio constitucional da coisa julgada; b) cobrança de crédito tributário alcançado pela decadência e prescrição; c) cobrança de crédito tributário sem o correspondente fato gerador; e, d) cobrança de sanções administrativas tributárias (obrigações acessórias) sem a existência da correspondente obrigação principal (CSLL propriamente dita). Esta decisão restou confirmada, à unanimidade, pela Oitava Turma do TRF da 1ª Região, em acórdão publicado em 19/12/2008, que transitou em julgado. O processo encontra-se em fase de produção de prova pericial, para exame das diversas teses sustentadas pelo Banco.

Em que pese as manifestações jurisprudenciais favoráveis, o Banco mantém a provisão constituída no montante de R\$ 190.908. (R\$ 136.907 em 31/12/2009), as quais são suficientes para a cobertura de eventuais perdas.

Controladas - BRB CFI e BRB DTVM

A BRB-DTVM e a BRB-CFI discutem judicialmente a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido-CSLL, por meio da Ação Ordinária n.º 1998.34.00.000054-7, em trâmite na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília, na qual postulam a ilegalidade e a inconstitucionalidade da exigência da CSLL de pessoas jurídicas que não são empregadoras, consoante melhor interpretação do art. 4º da Lei n.º 7.689/1988, bem como dos arts. 110 do CTN e 195, inciso I, da CF/1988.

Desde então os recolhimentos mensais da contribuição passaram a ser depositados em juízo, com regular provisionamento.

Todavia, a Administração de ambas as empresas optou por aderir ao programa de benefício fiscal instituído pela Lei n.º 11.941/2009, regulamentado pela Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 6/2009 e alterações, posteriores, conforme Ata da Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada da BRB-CFI n.º 526, de 25/11/2009, e Ata da Reunião da Diretoria Colegiada da BRB-DTVM n.º 507, de 26/11/2009, relativamente à demanda da CSLL.

Foi protocolado no processo judicial, em 27/11/2009, petição para que os depósitos sejam convertidos em pagamento definitivo ou rendas da União, após homologação dos valores pela Secretaria da Receita Federal, bem assim requerimento para o levantamento do saldo remanescente em favor das autoras, no termos do art. 32 da Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 6, de 22/07/2009.

d) Autuações referente ao INSS

O Banco recebeu, em dezembro de 2001, quatro autuações do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social (NFLD's 35.360.580-8 - R\$ 48.908; 35.360.575-1 - R\$ 1.201; 35.360.577-8 - R\$ 2.831 e 35.360.579-4 - R\$ 3.614). A primeira refere-se à majoração de alíquotas. As demais, ao não-recolhimento da contribuição patronal incidente sobre os valores pagos a título de participações nos lucros e resultados e sobre pagamento de abono salarial definido em acordo coletivo.

Em relação ao débito exigido por meio da NFLD 35.360.580-8, cujo valor atualizado chega a aproximadamente R\$ 80.000., por força da aplicação do enunciado da Súmula Vinculante n.º 8, do Supremo Tribunal Federal, em recursos aviados pelo Banco e acolhidos pelo Conselho Administrativo

Notas Explicativas

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(em milhares de Reais)

de Recursos Fiscais e pelo Superior Tribunal de Justiça, grande parte do débito foi afastada com base na tese da decadência quinquenal, restando período inferior a um ano para fins de discussão quanto à tese da coisa julgada, sendo, entretanto, efetivada a provisão, em estrita observância ao princípio do conservadorismo.

No que tange às demais NFLD's, que somavam de principal R\$ 7.646, os recursos foram julgados parcialmente procedentes em favor do Banco pelo Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), com redução significativa do débito, remanescendo em 02/2006 o valor de R\$ 6.102. A parte remanescente encontra-se em discussão na esfera judicial, visto que as teses defendidas pelo Banco estão em consonância com a legislação e a jurisprudência consolidada no âmbito dos tribunais superiores, notadamente o STJ e o TST. O débito total é objeto de execução fiscal ajuizada pelo INSS, que tramita na 19ª Vara Federal sob n.º 2004.34.00.022890-1, com valor da causa de R\$ 11.276, sendo foram interpostos os competentes embargos, de n.º 2006.34.00.012233-3, sendo amplamente favoráveis as possibilidades de reversão pelo Banco, diante da grandeza das teses defendidas pelo Banco, eis que em consonância com a legislação e a jurisprudência.

O Banco recebeu ainda, em dezembro de 2007, três autuações da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB (NFLD n.º 37.135.117-0, NFLD n.º 37.135.116-2 e AI n.º 37.135.118-9) no valor total de R\$ 37.513, abrangendo o período de maio/2003 a abril/2007. As autuações foram devidamente impugnadas junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A primeira (NFLD n.º 37.135.117-0), no valor nominal de R\$ 34.850, refere-se às contribuições previdenciárias patronal (INSS) supostamente devidas sobre a participação nos lucros e resultados pagos aos empregados do Banco. Em estrita observância ao princípio do conservadorismo, foi realizada em relação a esta NFLD, em 2010, provisão no importe de R\$ 17.000, calculada no fundamento de que no máximo a tributação incide sobre os pagamentos que não guardam, entre si, pelo menos seis meses (REsp 496.949-PR). A segunda (NFLD n.º 37.135.116-2) refere-se às contribuições previdenciárias (INSS) supostamente devidas sobre comissões nas vendas de cartões de crédito e seguros. A terceira (AI n.º 37.135.118-9) diz respeito à não inclusão de tais contribuições na Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP.

e) PIS – Emendas Constitucionais n. 1/94 e 10/96

Tais Emendas trouxeram nova sistemática de cálculo do PIS devido pelas instituições financeiras, na medida em que criou uma incidência especial destinada ao financiamento do Fundo Social de Emergência (1994 e 1995) e do Fundo de Estabilização Econômica (1996 e 1997). Na proposição da incidência especial o legislador constituinte definiu, inequivocamente, tanto a base de cálculo própria quanto a alíquota aplicável ao PIS devido pelas instituições financeiras, nos termos das disposições transcritas acima.

Pelos dispositivos acima transcritos, a base de cálculo da incidência especial do PIS seria idêntica àquela definida na legislação do Imposto de Renda e proventos de qualquer natureza, a qual não incluía as rendas decorrentes de receitas financeiras.

Posteriormente a União baixou a Medida Provisória n.º 517/94, a qual alargou a base de cálculo do PIS/PASEP para incluir na sua base de cálculo as receitas financeiras, em total descompasso com os

Notas Explicativas

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(em milhares de Reais)

arts. 72 e 73 do ADCT e com a legislação que define a base de cálculo do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza.

A par dessa inconstitucionalidade, em 18/06/1996 o BRB e a BRB CFI ingressaram com uma Ação Ordinária contra a União, ocasião em que postulou o direito de continuar a recolher o PIS com base na legislação do Imposto de Renda, na forma definida no inciso V do art. 72 do ADCT, com redação estabelecida pela ECR n.º 01/94 e pela EC n.º 10/96, ao argumento de inconstitucionalidade da Medida Provisória n.º 517/94.

Na primeira instância a ação foi julgada procedente e o Banco foi autorizado a recolher o PIS/PASEP, previsto pela ECR n.º 01/94 e pela EC n.º 10/96, tomando por base de cálculo a receita bruta operacional, tal como prevista na legislação do Imposto de Renda (art. 44 da Lei n.º 4.506/64, art. 12 do Decreto-lei 1.598/77 e art. 226 do Regulamento do Imposto de Renda).

Por último, no julgamento da apelação da Fazenda Nacional realizado em agosto de 2006, o TRF da 1ª Região reformou a sentença e julgou improcedente a ação ajuizada pelo Banco. O BRB e a BRB CFI ingressaram com Embargos Infringentes, que também foi improvido pelo TRF da 1ª Região. No prazo legal o BRB ingressou com Recurso Especial, cujo processamento foi obstaculizado, transitando em julgado.

Durante a tramitação do processo e na vigência dos fundos acima referidos, o Banco efetuou mensalmente o depósito judicial do valor do PIS calculado com base na MP questionada, cujo valor atualizado pela Caixa Econômica Federal atinge, em 14/9/2010, o montante aproximado de R\$ 9.240. À época, não foi constituída a respectiva provisão porque a sentença proferida foi favorável ao Banco e estava de acordo com a jurisprudência de diversos Tribunais Federais. Daí os motivos pelos quais foi constituída provisão, em 2010, para fazer frente à obrigação, no montante de R\$ 9.610: (a) R\$ 7.890 em nome do BRB; e, (b) R\$ 1.720 em nome da BRB CFI.

f) PIS – REPIQUE

O processo n.º 14033.003573/2008-88 refere-se a não homologação de DCOMP's, cujo crédito originou-se de pagamento a maior de PIS oriundo de decisão judicial no processo n.º 1996.34.00.18578-9 (Pis-Repique), uma vez que o Fisco considerou-o insuficiente para quitação dos débitos compensados.

A Manifestação de Inconformidade ao Despacho Decisório foi apresentada em 21/05/2009, abrangendo tanto questões de direito (abrangência da decisão judicial transitada em julgado), quanto de erros na metodologia de cálculo. Ademais, ainda há discussão judicial sobre o assunto no Mandado de Segurança n.º 2007.34.00.030802-2 e Ação Anulatória n.º 55935.93.2010.4.013400.

No caso, a probabilidade de perda é PROVÁVEL, principalmente no que se refere ao teor da decisão judicial, sendo efetivada provisão no importe aproximado de R\$ 9.000.

g) Provisão Regius

Processo n.º. 2002.34.00.028196-9

Requerente: AFABRB - Associação dos Funcionários Aposentados do BRB

Notas Explicativas

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(em milhares de Reais)

Requeridos: BRB - Banco de Brasília S/A, Regius e União

Versa a demanda em epígrafe sobre suposta nulidade do ato expedido pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, que aprovou a alteração regulamentar da REGIUS, incluindo em seu Regulamento dispositivo que autorizava a suspensão das contribuições dos participantes ativos e inativos, bem como dos patrocinadores no período de 01.02.97 a 31.12.97.

Especificamente, o ato impugnado tornou-se público por meio do Ofício nº. 116 SPC/CGOF/COJ, de 04.03.97, que autorizou a inclusão do art. 60, com o teor acima retratado, ao Regulamento da REGIUS diante do superávit financeiro no exercício de 1996, fato inconteste nos autos, inclusive, comprovado por perícia.

Por sua vez, os requeridos - BRB, Regius e União - apresentaram várias teses de defesa, contrapondo-se fundamentadamente aos pedidos da inicial, suscitando também algumas preliminares, como a prescrição, a ilegitimidade passiva e o litisconsórcio necessário. Nesse ponto, importante destacar que todas as defesas se reportaram ao fato de que não houve prejuízo às reservas da REGIUS, nem tampouco aos próprios beneficiários e que inexistia qualquer vedação legal incidente sobre o novel dispositivo regulamentar.

No curso processual, particularmente na fase probante, a AFABRB postulou pela realização de perícia atuarial, o que fora deferido pelo magistrado oficiante. A conclusão do expert bem assentou as linhas defensivas dos então requeridos no sentido de que inexistiu qualquer prejuízo à REGIUS, tanto é que a própria AFABRB suscitou suposta suspeição do perito sem quaisquer fundamentos, arguição indeferida pelo juiz.

Ocorre que, não obstante a perícia contrária à postulação dos autos, o magistrado de primeiro grau, sem sequer levá-la em consideração, no mérito, afastando as preliminares levantadas, julgou "procedente o pedido, para condenar a União, em relação às contribuições dos participantes, e o Banco de Brasília, em relação às suas contribuições, a ressarcirem a Regius - Sociedade Civil de Previdência Privada, pelas contribuições não vertidas por essas categorias de contribuintes no período de fevereiro a dezembro de 1997".

Diante de tal situação, em que pese a relevância das teses jurídicas defendidas pelo BRB mas levando-se em consideração a condenação sofrida em primeira instância, o Banco optou em constituir provisão no montante de R\$ 29.400.

Nota 26 Compromissos e garantias

O Banco possui compromissos com garantias prestadas no valor de R\$ 7.954 (R\$ 18.268 em 31/12/2009), os quais estão relacionadas com operações de crédito de órgãos oficiais, consórcio e cessões de crédito, tendo como contra garantia hipotecas e vinculação de receitas orçamentárias, avais, alienação fiduciária e títulos públicos do Tesouro Nacional.

a) Seguros - O Banco possui seguros em montante suficiente para cobrir eventuais perdas.

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

Nota 27 Benefícios a empregados**a) Plano de previdência complementar**

O BRB - Banco de Brasília S.A. é um dos patrocinadores da REGIUS - Sociedade Civil de Previdência Privada, pessoa jurídica sem fins lucrativos que tem por finalidade complementar benefícios previdenciais aos seus participantes, nas seguintes modalidades:

Plano 1 Plano de benefícios previdenciais estruturado na modalidade de benefício definido, custeado por contribuições dos participantes ativos que estão divididos entre: 3% até 50% do teto do salário de contribuição do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), 5% do que exceder de 50% a 100% do teto, e 12% do que exceder a 100% do teto, e assistidos de 15% sobre os benefícios, e pela patrocinadora, paritariamente.

Plano 3 Plano de benefícios previdenciais estruturado na modalidade de contribuição definida para os benefícios programados e na modalidade benefício definido para os benefícios de risco. Esse plano prevê contribuições flexíveis do participante, e a contribuição da patrocinadora poderá variar entre 6% a 8% sobre o salário de participação de cada participante ativo.

Para custeio da REGIUS, o BRB contribuiu no exercício com R\$ 18.542 (R\$ 16.447 em 31/12/2009) correspondente a contribuições mensais determinadas por cálculos atuariais.

A Deliberação CVM n.º 371/00 aprovou e tornou obrigatória, para as companhias abertas, a adoção do pronunciamento sobre a contabilização dos benefícios a empregados, elaborado pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os valores calculados por atuário externo, conforme parecer de 21 de janeiro de 2011, estão a seguir sumariados:

	31/12/2009		31/12/2009	
	PLANO 1	PLANO 3	PLANO 1	PLANO 3
Valor presente total das obrigações atuariais	1.021.286	28.136	791.167	20.347
Valor justo dos ativos do plano	(1.112.513)	(29.297)	(881.202)	(22.648)
Resultado do plano	(91.227)	(1.161)	(90.035)	(2.301)
Ganhos/(perdas) atuariais não reconhecidos	71.550	362	80.201	927
Contribuições sobre benefícios dos futuros assistidos	-	-	-	-
Passivo (ativo) atribuível ao patrocinador	-	-	-	-
Parcela do resultado atribuível ao patrocinador (*)	-	-	-	-
Passivo (Ativo) atuarial líquido	(19.677)	(799)	(9.834)	(1.374)
Valor contabilizado	-	-	-	-

(*) Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar n.º 109/2001, observando-se o Plano de Custeio vigente, cuja proporção contributiva entre participantes e patrocinadores está fixada em 1:1. No caso do Plano de Benefícios 3, por se tratar de um Plano Misto de Benefícios, levou-se em consideração apenas as obrigações com os benefícios de risco, estruturado na modalidade de benefício definido e integralmente custeado pelo patrocinador.

As principais premissas econômicas:

	31/12/2010	31/12/2009
Taxa real de juros	6,00%	6,40% a.a.
Taxa estimada de inflação	5,00%	4,50% a.a.
Taxa de rotatividade (ativos)	0,00%	0% a.a.
Taxa de crescimento salarial (ativos)	1,95%	1,72% a.a.
Participantes da Cartão BRB	0,00%	-
Taxa de crescimento de benefícios (assistidos)	0,00%	0% a.a.

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

Capacidade de benefícios:		
• PB01	100%	98%
• PB03	100%	98%
Capacidade salarial	100%	98%

Índices dos Planos:	31/12/2010	31/12/2009
• PB01	IPCA	IPCA/IBGE
• PB03	IPCA	Variação da cota, limitada a variação do IPCA/IBGE
Método de Financiamentos:	-	Crédito Unitário Projetado (PUC)

O reconhecimento contábil dos ganhos e perdas atuariais segue o previsto nos itens 53 e 54 da NPC 26 do IBRACON, que permite o registro como receita ou despesa do montante que exceder a 10% do valor presente do passivo atuarial ou 10% do valor justo dos ativos, o que for maior.

b) Plano de saúde

O BRB é o principal patrocinador do Plano de Saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrado pela BRB SAÚDE-Caixa de Assistência, cujo objetivo é a instituição e manutenção de planos de saúde e programas de assistência à saúde e campanhas de prevenção de doenças, a promoção do bem-estar de seus beneficiários, diretamente ou por meio de convênios.

. Os recursos necessários ao custeio do Plano de Saúde têm as seguintes origens:

Patrocinadoras: Contribuição mensal correspondente a 4% do valor bruto da folha de pagamento dos empregados ativos;

Empregados ativos: contribuição mensal de 2% calculada sobre o valor bruto da respectiva remuneração, mais 0,6% por dependente direto e 6% por dependente agregado;

Aposentados e pensionistas: contribuição mensal calculada sobre o valor bruto das complementações pagas pelo Fundo de Pensão (REGIUS);

Ex-empregados optantes pelo benefício diferido: contribuição fixa de 4% sobre o último salário enquanto ativo na patrocinadora, mais 0,6% por dependente direto e 6% por dependente agregado;

De acordo com o Convênio de Adesão firmado entre o Banco e a BRB-SAÚDE – Caixa de Assistência e o Regulamento do Plano de Saúde, a patrocinadora cobrirá déficit operacional somente em relação aos empregados ativos, proporcionalmente ao percentual de suas contribuições, não existindo, portanto, compromissos pós-emprego com os assistidos(aposentados). O Plano de Saúde encontra-se superavitário na data-base de 31/12/2010, registrando como superavit do exercício a importância de R\$ 1.151 (R\$ 3.004 em 31/12/2009) e o Patrimônio Social de R\$ 39.880.

c) Efeito das alterações introduzidas pelo Pronunciamento CPC 33 no cálculo do passivo de benefícios pós-emprego do BRB

Notas Explicativas**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(em milhares de Reais)

As novas regras estabelecidas pelo CPC 33 apresentam de forma mais detalhada os procedimentos a serem adotados para a mensuração da obrigação atuarial, do valor justo dos ativos do plano e do passivo/ativo atuarial a ser reconhecido pela empresa em seu balanço, bem como as premissas atuariais que podem ser utilizadas, em especial as premissas relacionadas com o cálculo do passivo de benefício de plano de saúde. Todavia, em relação aos cálculos elaborados na avaliação de benefícios pós-emprego do BRB, essas modificações não implicaram em alterações substanciais no valor do passivo/ativo atuarial, exceto pela regra de transição, que determina o completo reconhecimento das perdas e ganhos atuariais acumulados no momento da implantação do pronunciamento.

Conforme CPC 33, seguem informações complementares:

a) Discriminação do valor justo dos ativos do plano por categoria principal de ativos:

Composição	Plano PB01	Plano PB03
Ações	225.735	8.804
Renda fixa	649.322	16.847
Outros ativos	138.070	2.248
Outros fundos de investimento	99.386	2.956
Total	1.112.513	30.855

b) Efeito da alteração no percentual das taxas de tendência dos custos médicos:

O BRB não possui responsabilidade em relação ao benefício pós-emprego do plano de saúde.

c) Valor presente da obrigação de planos de benefício definido, do valor justo dos ativos do plano e do superávit ou déficit atuarial: (Valores em R\$ milhões)

c.1 Plano de Benefícios PB01

Rubrica	2010	2009	2008	2007	2006
Obrigação Atuarial (A)	1.021,29	791,17	777,62	683,45	539,01
Valor justo (B)	1.112,51	881,20	764,54	769,19	648,91
Resultado (B-A)	91,22	90,03	(13,08)	85,74	109,90

c.2 Plano de Benefícios PB03

Rubrica	2010	2009	2008	2007	2006(*)
Obrigação Atuarial (A)	28,14	20,35	12,12	11,06	0,22
Valor justo (B)	29,30	22,65	12,61	12,84	0,22
Resultado (B-A)	1,16	2,30	0,49	1,78	-

(*) A avaliação de 2006 considerou apenas os benefícios estruturados na modalidade de benefício definido (invalidez e morte), sendo que as demais avaliações consideram o plano como um todo.

Notas Explicativas

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(em milhares de Reais)

Nota 28 Outras informações

- a) Seguros - O Banco possui seguros em montante suficiente para cobrir eventuais perdas.
- b) Participação nos lucros - O Banco destinou aos empregados e diretores o valor de R\$ 26.490 (R\$ 28.759 em 31/12/2009) a título de participação no lucro (PLR). Essa participação foi apurada com a aplicação do percentual de 15% sobre o lucro líquido ajustado no primeiro semestre de 2010; e 13% para o segundo semestre de 2010 e 2009 e 18% no primeiro semestre de 2009, conforme Acordo Coletivo de Trabalho, na forma da Lei 10.101, de 19/12/2000.
- c) O Banco mantém por meio da sua Controlada, a BRB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., participação no fundo de investimento em participações BRB-CORUMBÁ, no valor de R\$ 48.893 (R\$ 42.053 em 31/12/2009), registrado em 16/03/2005.

O Fundo foi constituído em 10 de dezembro de 2004, com início das operações em 29 de abril de 2005. O prazo de duração do Fundo é de 15 (quinze) anos, contados a partir do início de suas operações, data da primeira subscrição de cotas, podendo ser prorrogado se proposto pelo Comitê de Investimentos e aprovado pela Assembléia Geral.

- d) A demonstração dos fluxos de caixa relativo ao exercício de 2009 foi ajustada, objetivando melhor evidenciação dos fluxos de caixa para o citado período. Conforme disposto na Resolução 3.604/08 do Bacen:

"Art. 3º Na definição de equivalentes de caixa, um investidor deve ter, na data de aquisição, prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias."

DIRETORES

NILBAN DE MELO JÚNIOR (Respondendo pela Presidência)
LAÉCIO BARROS JUNIOR
DARIO OSWALDO GARCIA JUNIOR
CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER
KELSON CÔRTE
ALINO DONIZETTI DE QUEIROZ
ANDRÉ LUÍS CARVALHO DA MOTTA E SILVA

CONSELHO FISCAL

JOSÉ ALVARES DA COSTA (Presidente)
JOÃO OTÁVIO PEREIRA MARQUES
JOSÉ WALDSON DE OLIVEIRA CAMPOS
MÁRIO THIAGO GOMES DE SÁ PADILHA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ADEMIR MALAVAZI (Presidente em exercício)
ARGEU RAMOS DA SILVA
DIRCE DOS SANTOS VARANDAS
JÚLIO CESAR MOREIRA BARBOSA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE GERAL

ADÃO ALVES DOS PASSOS
Contador CRC/DF N.º 007730/O-9
CPF 248.865.721-20

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Ao Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do
Banco de Brasília S.A.
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco de Brasília S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração do Banco de Brasília S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco de Brasília S.A. para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco de Brasília S.A. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA POR LIMITAÇÃO DE ESCOPO

Conforme mencionado na nota explicativa Nº12, em 31 de dezembro de 2010, o Banco de Brasília S.A. possui investimento, resultado negativo de equivalência patrimonial e receita de amortização do deságio na controlada direta Cartão BRB S.A., nos montantes de R\$41.608 mil, R\$13.100 mil e R\$14.265 mil, respectivamente. Entretanto, a referida controlada direta encontra-se em processo de reconciliação de determinados ativos e passivos relacionados aos valores a receber e a pagar oriundos das transações com as operadoras de cartões de crédito. Adicionalmente, a controlada direta, possui registrado no ativo não circulante como intangível o montante de R\$121.189 mil, líquido de amortização, decorrente do direito exclusivo de uso dos balcões de negócios do Banco de Brasília S.A., mensurado por meio de avaliação econômico-financeira elaborada por empresa especializada; todavia, a administração da Cartão BRB S.A. encontra-se em processo de redimensionamento das premissas orçamentárias e dos fluxos de caixa de suas operações e, análise e possíveis efeitos advindos de interpretações de novas práticas adotadas no Brasil sobre esse tema. Como consequência, não nos foi possível determinar se havia necessidade de ajustar esses valores, naquela data.

OPINIÃO

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos que poderiam advir dos assuntos mencionados no parágrafo “Base para opinião com ressalva por limitação de escopo”, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e a financeira do Banco de Brasília S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

ÊNFASE EM RELAÇÃO À REALIZAÇÃO DE DIREITOS CRÉDITÓRIOS

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 7, que evidencia em 31 de dezembro de 2010 que o Banco de Brasília S.A. possui créditos com o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), relacionados a financiamentos habitacionais, no montante de R\$178.773 mil, líquidos de provisão para perdas e registrados no ativo não circulante na conta de créditos vinculados. A provisão consignada nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$43.197 mil, foi estimada pela Administração com base em um novo estudo histórico, que estabelece os critérios estimados de perdas prováveis que eventualmente não atendam às normas e aos procedimentos estabelecidos pela regulamentação vigente do Fundo. A realização e a valorização desses créditos quando da conversão para Títulos e Valores Mobiliários (CVS) estão condicionadas à aderência ao conjunto de normas e procedimentos estabelecidos nessa regulamentação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

ÊNFASE EM RELAÇÃO À REALIZAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 10, que evidencia em 31 de dezembro de 2010 que o Banco de Brasília S.A. possui registrados em seu ativo créditos tributários de imposto de renda e contribuição social apurados sobre diferenças intertemporais no montante de R\$124.581 mil. O montante a ser utilizado no futuro para fins de compensações fiscais está condicionado à geração de lucros tributáveis e pode variar da atual estimativa da Administração, cuja realização está prevista para os próximos dez exercícios sociais. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

ÊNFASE EM RELAÇÃO À CONTROLADA DIRETA

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 12, que demonstra o investimento do Banco de Brasília S.A. na controlada direta BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A., no montante de R\$22.542 mil, avaliado por meio de método da equivalência patrimonial. Todavia, a referida controlada apresentou: a) prejuízo operacional e concentração em suas operações de crédito; b) transações significativas com partes relacionadas; e c) créditos tributários de imposto de renda e contribuição social apurados sobre diferenças intertemporais no montante de R\$13.477 mil, condicionados à geração de lucros tributáveis futuros. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

OUTROS ASSUNTOS

As demonstrações financeiras do Banco de Brasília S.A. correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer em 25 de fevereiro de 2010 com opinião modificada sobre essas demonstrações financeiras, quanto: a) à limitação de escopo em relação às provisões contingenciais, devido ao processo de revisão dos critérios e procedimentos de controles concluído no decorrer do exercício de 2010; b) à limitação em relação à apuração dos encargos financeiros dos contratos de financiamentos concedidos no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), processo esse concluído no exercício de 2010, e ênfases quanto aos mesmos assuntos mencionados nos parágrafos anteriores relacionados à realização dos créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) e do crédito tributário.

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Brasília, 18 de fevereiro de 2011

Marcelo Faria Pereira
Sócio-contador
CRC 1RJ077911/O-2 "S" DF
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" DF

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal do BRB – Banco de Brasília S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, tomando por base o acompanhamento efetuado ao longo do exercício de 2010, bem como o Parecer emitido pela BDO Auditores Independentes, datado de 18-02-2011, constatou que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras representam a posição patrimonial e financeira do BRB – Banco de Brasília S.A. em 31 de dezembro de 2010, foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas e apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, do Banco Central do Brasil. Em relação ao que dispõem os Artigos 146 e 147, da Resolução nº 38, de 30 de outubro de 1990, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, o Conselho Fiscal esclarece que, até 31-12-2010, não era de seu conhecimento a existência de pendências em nome dos atuais administradores e suas situações perante os cofres da Instituição eram de normalidade.

Brasília, 10 de março de 2011.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM n.º 480, de 07/12/2009, declaramos que:

1. Revisamos as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 do BRB - Banco de Brasília S.A e, baseado nas discussões subseqüentes, concordamos que tais demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.
2. Essa diretoria constituía a Administração do BRB - Banco de Brasília em 31/12/2010.

Brasília, 04 de março de 2011.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009, declaramos que:

1. Baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer elaborado pela BDO Auditores Independentes Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
2. Essa diretoria constituía a Administração do BRB - Banco de Brasília em 31/12/2010.

Brasília, 04 de março de 2011.